



---

## Concurso Público Internacional n.º 1/2025

“Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior”

## CADERNO DE ENCARGOS

---

**Associação de Municípios do Douro Superior Fins Específicos.**  
**Avenida dos Combatentes da Grande Guerra Edifício GAT**  
**5160-217 Torre de Moncorvo**  
**Portugal (PT)**

Telefone: (+351) 279 200 740  
Email: [geral@amdourosuperior.pt](mailto:geral@amdourosuperior.pt)  
Site: [www.amdourosuperior.com](http://www.amdourosuperior.com)

## **ÍNDICE**

Cláusula 1.ª Enquadramento	6
Cláusula 2.ª Objeto	6
Cláusula 3.ª Cláusulas por que se rege a Prestação de Serviços	7
Cláusula 4.ª Definições	7
Cláusula 5.ª Contrato	9
Cláusula 6.ª Prazo contratual	10
Cláusula 7.ª Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	10
Cláusula 8.ª Obrigações Gerais do Adjudicatário	10
Cláusula 9.ª Local da Prestação de Serviços	11
Cláusula 10.ª Instalações	11
Cláusula 11.ª Bens Afetos à Prestação de Serviços	12
Cláusula 12.ª Esclarecimentos de Dúvidas relativas à Execução Contratual	13
Cláusula 13.ª Responsabilidades do adjudicatário	13
Cláusula 15.ª Cumprimento de Legislação Aplicável	14
Cláusula 16.ª Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	15
Cláusula 17.ª Outros Seguros	15
Cláusula 18.ª Outras Responsabilidades do Adjudicatário	16
Cláusula 19.ª Penalidades contratuais	16
Cláusula 20.ª Força maior	18
Cláusula 21.ª Resolução por Parte da Entidade Adjudicante	19
Cláusula 22.ª Resolução por Parte do Adjudicatário	19
Cláusula 23.ª Representação do Adjudicatário	20
Cláusula 24.ª Representação da Entidade Adjudicante	21
Cláusula 25.ª Acompanhamento da Prestação do Serviço	21

Cláusula 26. <sup>a</sup> Fiscalização	22
Cláusula 27. <sup>a</sup> Registo Diário de Atividade	22
Cláusula 28. <sup>a</sup> Relatórios	22
Cláusula 29. <sup>a</sup> Serviços a Realizar	23
Cláusula 30. <sup>a</sup> Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior de Resíduos Indiferenciados e Equiparados	23
Cláusula 31. <sup>a</sup> Frequência de Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior de Resíduos Indiferenciados e Equiparados	25
Cláusula 32. <sup>a</sup> Recolha e Transporte de "Monos/Monstros" a Ecocentro	27
Cláusula 33. <sup>a</sup> Transporte de Resíduos a Aterro	28
Cláusula 34. <sup>a</sup> Lavagem e Desinfecção de Contentores	30
Cláusula 35. <sup>a</sup> Frequência de Lavagem e Desinfecção de Contentores	31
Cláusula 36. <sup>a</sup> Manutenção de Contentores	32
Cláusula 37. <sup>a</sup> Parque de Contentores	33
Cláusula 38. <sup>a</sup> Fornecimento de Contentores	34
Cláusula 39. <sup>a</sup> Limpeza Urbana	36
Cláusula 40. <sup>a</sup> Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras	42
Cláusula 41. <sup>a</sup> Meios Humanos	44
Cláusula 42. <sup>a</sup> Viaturas Fiscalização; Recolha de RSU's; Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana	44
Cláusula 43. <sup>a</sup> Campanhas de Sensibilização e Comunicação	45
Cláusula 44. <sup>a</sup> Preço Contratual	46
Cláusula 45. <sup>a</sup> Pagamentos ao Adjudicatário	46
Cláusula 46. <sup>a</sup> Regras de Medição dos Serviços	48
Cláusula 47. <sup>a</sup> Revisão de Preços	48
Cláusula 48. <sup>a</sup> Caução	49

Cláusula 49. <sup>a</sup> Execução da Caução	49
Cláusula 50. <sup>a</sup> Estrutura de Pessoal	49
Cláusula 51. <sup>a</sup> Acidentes de Trabalho, Medicina no Trabalho e Higiene e Segurança dos Recursos Humanos	50
Cláusula 52. <sup>a</sup> Viaturas	50
Cláusula 53. <sup>a</sup> Máquinas e Ferramentas	51
Cláusula 54. <sup>a</sup> Outros Equipamentos	52
Cláusula 55. <sup>a</sup> Inventário	52
Cláusula 56. <sup>a</sup> Materiais e Elementos a Utilizar na Prestação de Serviços	52
Cláusula 57. <sup>a</sup> Modificação do Programa de Trabalhos e Programa de Pagamentos Decorrentes do Programa de Execução	53
Cláusula 58. <sup>a</sup> Dever de Sigilo	53
Cláusula 59. <sup>a</sup> Foro Competente	53
Cláusula 60. <sup>a</sup> Comunicações e Notificações	54
Cláusula 61. <sup>a</sup> Contagem dos Prazos	54
Cláusula 62. <sup>a</sup> Legislação Aplicável	54
ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS	55
ANEXO I 56 MODELO DA PROPOSTA ECONÓMICA	56
ANEXO II MAPA DE QUANTIDADES E DE PREÇOS UNITÁRIOS	58
ANEXO III DADOS TÉCNICOS DO CADERNO DE ENCARGOS	59
ANEXO III - A RECOLHA E TRANSPORTE A ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO DOURO SUPERIOR, DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS E EQUIPARADOS (EVOLUÇÃO TONELADAS RECOLHIDAS)	60
ANEXO III - B TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS E EQUIPARADOS A ATERRO (EVOLUÇÃO TONELADAS TRANSPORTADAS)	61
ANEXO III – C FREGUESIAS/ UNIÃO DE FREGUESIAS E LOCALIDADES/LUGARES COM RECOLHA SEMANAL	62



**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

ANEXO III – D_	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – CARRAZEDA DE ANSIÃES	63
ANEXO III – E_	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – TORRE DE MONCORVO E PRAIA FLUVIAL E PARQUE DE MERENDAS DA FOZ DO SABOR	65
<i>ANEXO III – F_</i>	<i>DELIMITAÇÃO "CENTRO HISTÓRICO" – SEDE DE CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO</i>	69
ANEXO III – G		
	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – VILA NOVA DE FOZ CÔA	71
ANEXO IV	MODELO DE AUTOCOLANTE VINIL A AFIXAR NOS CONTENTORES LAVADOS	72
ANEXO V	QUADRO DE PESSOAL	73

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Cláusula 1.ª Enquadramento**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por concurso público com publicitação internacional, o qual tem por objeto principal a “Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior”, com referência interna Concurso Público Internacional n.º 1/2025.
2. Na execução dos serviços e no fornecimento dos bens objeto do contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o Adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o fornecimento dos bens objeto do contrato.
4. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo Associação de Municípios Douro Superior de Fins Específicos (doravante designada por Entidade Adjudicante), a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o fornecedor.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.

### **Cláusula 2.ª Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por Concurso Público com publicitação internacional de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia que tem por objeto principal a “Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior”, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023 de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP), nas condições definidas nas Especificações Técnicas descritas na Parte II do presente caderno de encargos.
2. Os serviços objeto do contrato a celebrar incluem:
  - a) Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados;
  - b) Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro;
  - c) Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados;

- d) Limpeza Urbana para as Sedes de Concelho de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa;
3. Os Serviço de Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de resíduos sólidos urbanos indiferenciados e equiparados incluem, nomeadamente, as seguintes tarefas:
- a) Recolha de Resíduos Indiferenciados;
  - b) Transporte dos Resíduos à Estação de Transferência do Douro Superior;
  - c) Recolha de "Monos/Monstros";
  - d) Transporte de "Monos/Monstros" ao ecocentro respetivo de cada concelho.
4. O serviço de Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro inclui, nomeadamente, as seguintes tarefas:
- a) Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro;
5. Os Serviços de Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados incluem, nomeadamente, as seguintes tarefas:
- a) Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados;
  - b) Fornecimento de Contentores.
6. Os serviços de Limpeza Urbana para as Sedes de Concelho de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa incluem, nomeadamente, as seguintes tarefas:
- a) Varredura Manual;
  - b) Varredura Mecânica;
  - c) Varredura aos Domingos e Feriados;
  - d) Lavagem de Arruamentos;
  - e) Desobstrução e Desinfecção de Bocas de Grelhas e Sarjetas;
  - f) Corte da Vegetação;
  - g) Monda Química;
  - h) Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras

### **Cláusula 3.ª Cláusulas por que se rege a Prestação de Serviços**

A prestação de serviços rege-se:

- a) Pelas cláusulas do contrato, incluindo quaisquer alterações que neles sejam introduzidas e o estabelecido em todos os documentos que deles fizerem parte integrante;
- b) Pela legislação nacional e comunitária em vigor aplicável.

### **Cláusula 4.ª Definições**

Para efeitos do presente procedimento, entende-se por:

- a) **"AMDSFE"**: Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos;
- b) **"Área de Intervenção do Douro Superior"**: a área geográfica dos concelhos Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa;
- c) **"Contrato"**: o vínculo jurídico estabelecido entre a Contraente Pública e a Cocontratante celebrado com o Adjudicatário no procedimento pré-contratual por concurso público com publicitação internacional, o qual tem por objeto principal a prestação de "Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior";
- d) **"Deposição"**: acondicionamento dos resíduos urbanos nos locais ou equipamentos previamente determinados, a fim de serem recolhidos;
- e) **"Deposição coletiva"**: deposição de resíduos urbanos sem prévia seleção;
- f) **"Ecocentro"**: centro de receção dotado de equipamentos de grande capacidade para a recolha seletiva de materiais passíveis de valorização, tais como, papel, embalagens de plástico e metal, aparas de jardim, objetos volumosos fora de uso, ou de outros materiais que venham a ter viabilidade técnica de valorização, situados em Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa;
- g) **"Eliminação"**: qualquer operação que não seja de valorização, ainda que se verifique como consequência secundária a recuperação de substâncias ou de energia, nomeadamente as previstas no anexo I do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro;
- h) **"Estação de transferência"**: instalação onde o resíduo é descarregado com o objetivo de o preparar para ser transportado para outro local de tratamento, valorização ou eliminação, sita na Estrada Municipal 622, Km 3, em Torre de Moncorvo;
- i) **"Parque Ambiental do Nordeste Transmontano"**: o Parque Ambiental que comporta a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, o Centro de Triagem e o Aterro Sanitário de Urjais, situados no Lugar de Urjais, ao Km 5 da Estrada Municipal n.º 603, Freguesia de Frechas e concelho de Mirandela;
- j) **"Parque de Contentores"**: os contentores instalados nos concelhos do Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa;

- k) **"Produtor"** ou **"Produtor de resíduos"**: qualquer pessoa, singular ou coletiva, cuja atividade produza resíduos (produtor inicial de resíduos) o que efetue operações de pré-tratamento, de mistura ou outras que alterem a natureza ou a composição desses resíduos;
- l) **"Recolha"**: a apanha de resíduos, incluindo a triagem e o armazenamento preliminares dos resíduos para fins de transporte para uma instalação de tratamento de resíduos;
- m) **"Recolha indiferenciada"**: a recolha de resíduos urbanos sem prévia seleção;
- n) **"Remoção"**: conjunto de operações que visem o afastamento dos resíduos dos locais de produção, mediante a deposição, recolha e transporte;
- o) **"Resíduo"** ou **"Resíduos"**: qualquer substância ou objeto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer;
- p) **"Resíduo orgânico"** ou **"Biorresíduos"**: os resíduos biodegradáveis de espaços verdes, nomeadamente os de jardins, parques, campos desportivos, bem como os resíduos biodegradáveis alimentares e de cozinha das habitações, das unidades de fornecimento de refeições e de retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos;
- q) **"Resíduo urbano"**: o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações, incluindo-se igualmente nesta definição os resíduos a seguir enumerados:
- r) **"Resíduo verde"**: resíduo proveniente da limpeza e manutenção de jardins, espaços verdes públicos ou zonas de cultivo e das habitações, nomeadamente aparas, troncos, ramos, corte de relva e ervas;
- s) **Monos/Monstros**: também conhecidos como resíduos volumosos, referem-se a objetos de grandes dimensões que, devido ao seu volume ou peso, não podem ser depositados nos contentores convencionais de resíduos urbanos. Estes resíduos requerem operações logísticas específicas, como recolhas dedicadas ou agendadas, com vista à sua reutilização, desmantelamento ou reciclagem.

#### **Cláusula 5.ª Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos e bem assim por eventuais ajustamentos aceites pelo Adjudicatário.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos

- concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar da Entidade Adjudicante;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 6.ª Prazo contratual**

1. A vigência do contrato a celebrar é de 120 (cento e vinte) meses a contar da data de início da sua execução, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato inicia a sua vigência após a emissão do visto ou declaração de efeito equivalente por parte do Tribunal de Contas.
3. O presente procedimento não prevê a possibilidade de renovação, sem prejuízo da alteração do período contratual prevista no n.º 3 do artigo nono do Programa do Procedimento.

#### **Cláusula 7.ª Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

### **CAPÍTULO II – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

#### **Cláusula 8.ª Obrigações Gerais do Adjudicatário**

1. São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução dos trabalhos e na prestação dos serviços contratados, à sua aptidão profissional e à sua disciplina, designadamente:
  - a) A obrigação de garantir a boa execução dos trabalhos, contribuindo para a manutenção das boas condições de higiene e limpeza de espaços públicos;



- b) A obrigação de transmitir uma imagem de competência, eficiência e diligência no desempenho das tarefas que forem prestadas ao abrigo do contrato, devendo ainda contribuir para uma boa imagem do serviço público a prestar pela Entidade Adjudicante;
- c) A obrigação de aplicar, em colaboração com a Entidade Adjudicante, as melhores práticas disponíveis na realização dos trabalhos, cooperando ainda para a melhoria do desempenho ambiental do serviço;
- d) A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos serviços a seu cargo.

#### **Cláusula 9.ª Local da Prestação de Serviços**

1. Os serviços, objeto do contrato a celebrar, serão prestados nos concelhos de Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.
2. O transporte dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados e equiparados será efetuado para o Parque Ambiental do Nordeste Transmontano, situado no Lugar de Urjais, ao Km 5 da Estrada Municipal n.º 603, Freguesia de Frechas no Concelho de Mirandela.

#### **Cláusula 10.ª Instalações**

1. O Adjudicatário deverá possuir instalações fixas, nos concelhos que integram a prestação de serviços por forma a assegurar a proximidade aos serviços prestados e a prontidão de resposta a situações imprevistas.
2. As instalações deverão incluir, no mínimo, armazém, oficina, parque de viaturas, parque de lavagem, vestiários e escritório administrativos.
3. As instalações da Estação de Transferência do Douro Superior devem ser consideradas pelos concorrentes para serem utilizadas nesta prestação de serviços.
4. Os concorrentes têm de considerar na sua proposta a realização de melhorias nas instalações existentes de forma a poderem ser utilizadas durante a execução da prestação de serviços.
5. Estas instalações deverão respeitar e estar de acordo com a regulamentação de segurança e higiene no trabalho, e tudo o que for exigido pela legislação em vigor.
6. A estrutura administrativa deverá estar dotada de meios de telecomunicações, no mínimo constituídas por computador com ligação à internet, e-mail, telefone e fax.
7. Os concorrentes devem apresentar na sua proposta a planta das instalações fixas, assim como a identificação das melhorias que se propõem realizar às infraestruturas existentes.

8. Não obstante o disposto no número anterior, os concorrentes devem contemplar na sua proposta as obras necessárias à substituição do atual sistema de compactação para o sistema de piso móvel.
9. Todos os investimentos e melhorias a realizar nas instalações fixas afetas à prestação de serviços reverterem a favor da Entidade Adjudicante.
10. O Adjudicatário deverá manter em armazém um conjunto de materiais, peças de substituição, ferramentas e materiais de exploração, necessários ao bom funcionamento do serviço, e que permitirão a rápida resolução de avarias e reparações de rotina sem que exista quebra na qualidade dos serviços prestados.
11. Após a celebração do contrato, a Entidade Adjudicante celebrará com a Resíduos do Nordeste E.I.M. contrato de comodato que habilite esta empresa intermunicipal a assegurar a posse e a gestão da Estação de Transferência do Douro Superior.

#### **Cláusula 11.ª Bens Afetos à Prestação de Serviços**

1. Os bens afetos à prestação deverão integrar os seguintes, independentemente de terem, ou não, sido inventariados:
  - a) As infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens móveis afetos à exploração e gestão dos serviços;
  - b) Os imóveis, próprios ou não, utilizados pelo Adjudicatário na sua atividade;
  - c) As viaturas, máquinas, e equipamentos utilizados na exploração, manutenção e gestão dos serviços;
  - d) Os equipamentos pertencentes à Entidade Adjudicante, no estado atual de funcionamento e manutenção, compreendendo, os contentores de superfície e enterrados, de recolha indiferenciada que se encontrem instalados nos concelhos abrangidos pela prestação de serviços, atualmente inventariados em 2357 (dois mil trezentos e cinquenta e sete) contentores distribuídos da seguinte forma:
    - 64 (sessenta e quatro) contentores de 120 (cento e vinte) litros de capacidade;
    - 6 (seis) contentores de 240 (duzentos e quarenta) litros de capacidade;
    - 5 (cinco) contentores de 360 (trezentos e sessenta) litros de capacidade;
    - 622 (seiscentos e vinte e dois) contentores de 800 (oitocentos) litros de capacidade;
    - 927 (novecentos e vinte e sete) contentores de 1000 (mil) litros de capacidade;
    - 706 (setecentos e seis) contentores de 1100 (mil e cem) litros de capacidade.



	120	240	360	800	1000	1100	Total
<b>Freixo de Espada à Cinta</b>	0	0	0	176	71	89	336
<b>Mogadouro</b>	11	0	0	106	381	279	777
<b>Torre de Moncorvo</b>	13	1	4	104	298	205	625
<b>Vila Nova de Foz Côa</b>	40	5	1	263	177	133	619
							<b>2357</b>

Tabela 1 – Distribuição dos Contentores por Concelho.

2. O Adjudicatário não poderá ceder ou onerar, a qualquer título, os bens móveis e imóveis, equipamentos, infraestruturas e as instalações integradas ou afetas à prestação de serviços, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante.

#### **Cláusula 12.ª Esclarecimentos de Dúvidas relativas à Execução Contratual**

1. Sem prejuízo dos pedidos de esclarecimento e das listagens de erros e omissões a apresentar no âmbito do procedimento, as dúvidas que possam surgir na interpretação dos documentos pela qual a prestação de serviços se rege, devem ser submetidas à Entidade Adjudicante antes de se iniciar a execução dos trabalhos sobre o qual elas recaiam ou que de qualquer forma por elas possam ser afetadas.
2. Caso as dúvidas ocorram após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deverá o Adjudicatário submetê-las imediatamente à Entidade Adjudicante, justificando os motivos da sua não apresentação anteriormente.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura tenha feito, ficando, portanto, sujeitas às penalizações previstas neste Caderno de Encargos.

### **CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

#### **Cláusula 13.ª Responsabilidades do adjudicatário**

1. O Adjudicatário será o único responsável pela correta exploração e gestão da prestação de serviços, bem como pela execução e pelo cumprimento dos programas de trabalhos, ainda que recorra a outras empresas, subcontratadas ou tafeiros, nos termos previstos nos números seguintes.
2. O Adjudicatário poderá recorrer à utilização de subcontratados ou tafeiros para a realização dos trabalhos incluídos na prestação de serviços, sem que tal implique a diminuição da sua

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

responsabilidade, designadamente, pelo cumprimento defeituoso ou por qualquer incumprimento, parcial ou total, das obrigações por si assumidas no âmbito da prestação de serviços.

3. A utilização de subcontratados e tarefeiros na prestação de serviços deve ser autorizada pela Entidade Adjudicante.
4. Sempre que o Adjudicatário sofra atrasos ou impedimentos na execução de quaisquer trabalhos no âmbito da prestação de serviços, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que se tome conhecimento da ocorrência, informar a Entidade Adjudicante desse facto por escrito.

**Cláusula 14.ª Responsabilidades da Entidade Adjudicante**

1. Constituem responsabilidades da Entidade Adjudicante:
  - 1.1. Efetuar o controlo da qualidade da prestação de serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, de segurança, entre outras, contratadas;
  - 1.2. Monitorizar a prestação de serviços, em períodos regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotar os desvios detetados, identificar as causas e solicitar ao Adjudicatário a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
  - 1.3. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a penalidade celebrar e documentos originais necessários à prestação de serviços;
  - 1.4. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

**Cláusula 15.ª Cumprimento de Legislação Aplicável**

1. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos no presente Caderno de Encargos, o Adjudicatário fica obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais diplomas legais que se encontrem em vigor e que se apliquem ou por qualquer forma relacionem com os trabalhos a realizar.
2. Em especial, e sem prejuízo da obrigação genérica estabelecida no número anterior, todas as operações de manipulação e transporte de resíduos devem ser efetuadas de acordo com a legislação em vigor.
3. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir do Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.
4. Constitui especial dever do Adjudicatário promover e exigir a qualquer parte terceira com quem venha a contratar que tome as medidas necessárias para salvaguardar a integridade física do

público em geral e do pessoal afeto à prestação de serviços, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento dos regulamentos de higiene e segurança aplicáveis.

**Cláusula 16.ª Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais**

1. O Adjudicatário obriga-se a celebrar contrato de seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subcontratados possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
2. O Adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato a celebrar, as apólices de seguro previstas nas seguintes cláusulas, bem como em toda a legislação aplicável em vigor, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio até à data de início dos trabalhos.
3. O Adjudicatário é responsável pela satisfação das obrigações no presente Caderno de Encargos referentes a seguros, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
4. O Adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 do presente artigo válidas até ao final do contrato.
5. O Adjudicatário pode exigir, em qualquer momento, cópias dos recibos de pagamento das apólices previstas no presente artigo ou na legislação aplicável em vigor, devendo este fornecê-las no prazo 10 (dez) dias úteis a contar da data do pedido.

**Cláusula 17.ª Outros Seguros**

1. O Adjudicatário deve ainda proceder à contratação de seguros, de todos os riscos previstos na lei, para a execução dos serviços previstos no presente Caderno de Encargos, incluindo todas as viaturas, máquinas e equipamentos.
2. O Adjudicatário obriga-se, concretamente, a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos afetos à prestação de serviços, independentemente de serem veículos de passageiros, mercadorias, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel, bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à prestação de serviços pelos subcontratados se encontram segurados.
3. O capital mínimo seguro pelos contratos referidos nos números anteriores da presente cláusula não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para o risco "circulação" do ramo automóvel.

**Cláusula 18.ª Outras Responsabilidades do Adjudicatário**

1. O Adjudicatário responde ainda, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que constituem o objeto da prestação de serviços, bem como perante terceiros, pelos prejuízos direta ou indiretamente causados pelos serviços prestados, incluindo danos materiais e morais, continuados ou não, e lucros cessantes e, bem assim, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito dos trabalhos compreendidos na prestação de serviços.
2. Constituem ainda encargos do Adjudicatário a celebração dos contratos de seguros indicados no presente Caderno de Encargos, a constituição das cauções exigidas no Programa do Procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

**Cláusula 19.ª Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos pode exigir do Adjudicatário o pagamento de penas pecuniárias, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos dos números seguintes.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. As infrações são classificadas como muito graves, graves e leves:
  - 5.1. Serão consideradas como muito graves as seguintes:
    - a) Sub-empregar ou trespassar o todo ou parte do serviço contratado, independentemente da modalidade, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
    - b) A acumulação de duas faltas graves;
    - c) O incumprimento reiterado dos requerimentos efetuados pela Entidade Adjudicante, quando conduzam a um prejuízo grave para a execução do contrato;
    - d) A paralisação total dos serviços contratados;
    - e) A utilização de sistemas de trabalho, elementos, materiais, máquinas ou pessoal diferentes dos previstos e que prejudiquem significativamente a execução do contrato;
    - f) A utilização de elementos, materiais, máquinas/viaturas ou pessoal afetos ao presente contrato, noutros contratos;

- g) A prestação de serviços notoriamente deficiente, irregular ou incompleta, que cause perigo ou ponha em causa a saúde pública;
- h) A não execução de qualquer circuito de recolha de indiferenciada, lavagem de contentores, transferência de resíduos ou de limpeza urbana completo;
- i) A entrega de materiais a entidades não autorizadas pela Entidade Adjudicante.

**5.2. Serão consideradas como graves as seguintes:**

- a) A inobservância das regras sanitárias ou o incumprimento de ordens a fim de evitar situações insalubres, perigosas, ou que provoquem riscos para a saúde pública;
- b) O incumprimento dos requerimentos efetuados pela Entidade Adjudicante ou a sua inobservância;
- c) A utilização dos uniformes ou material como suporte de elementos publicitários, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
- d) A utilização de veículos com deficiências mecânicas que possam colocar em perigo os utentes da via pública;
- e) O deficiente estado de conservação das instalações;
- f) A manipulação dos equipamentos de deposição de forma manifestamente incorreta;
- g) Deixar de recolher, sem causa justificada, os resíduos ainda que não estejam depositados nos contentores;
- h) A não lavagem de todos os contentores que estão definidos nos circuitos de lavagem;
- i) A não apresentação ao serviço do mínimo de meios humanos necessários para a realização do serviço de limpeza urbana
- j) A acumulação de três faltas leves em cada ano contratual;
- k) Omissão do dever de comunicação situações contrárias ao bom fornecimento dos serviços.

**5.3. Serão consideradas como leves as seguintes:**

- a) A não uniformização adequada do pessoal afeto ao serviço;
- b) A mera interrupção ou imperfeição dos serviços;
- c) Faltas de respeito aos utentes das instalações e da via pública;
- d) As disputas ou discussões entre o pessoal afeto ao serviço, durante a sua prestação;
- e) Não travar os contentores depois de serem recolhidos;
- f) Não fecharem a tampa dos contentores depois de serem recolhidos;
- g) A lavagem deficiente dos contentores;
- h) A não colocação no mesmo local dos contentores depois de serem recolhidos;
- i) Outros incumprimentos.



**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

6. As sanções serão aplicadas pela Entidade Adjudicante com base no seguinte critério:
- a) Faltas muito graves: 5 % da faturação anual, no mínimo de €7.500 (sete mil e quinhentos) Euros;
  - b) Faltas graves: 2,5 % da faturação anual, no mínimo de €3.750 (três mil setecentos e cinquenta) Euros;
  - c) Faltas leves: 1,0% da faturação anual, no mínimo de €1.250 (mil duzentos e cinquente) Euros.
7. As sanções serão aplicadas independentemente da reparação do dano causado e de eventuais indemnizações de danos a terceiros.
8. As penalidades serão descontadas nos pagamentos mensais.
9. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 300.000,00 € (trezentos mil euros).

**Cláusula 20.ª Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário, de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 21.ª Resolução por Parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver, o contrato, a título sancionatório, assistindo-lhe ainda o direito a ser indemnizada pelos prejuízos sofridos, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:
- 1.1. Atraso na execução dos serviços que ponha em causa a continuidade do serviço público;
  - 1.2. Atrasos reiterados relativamente a um ou mais serviços;
  - 1.3. Faltas graves de zelo e diligência na execução dos serviços;
  - 1.4. Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
  - 1.5. Quando o Adjudicatário se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. O direito de resolução previsto no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, e não lhe confere direito a qualquer indemnização.

**Cláusula 22.ª Resolução por Parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei ou de outras situações de grave violação assumidas pela Entidade Adjudicante especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o Adjudicatário tem direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
- 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
  - 1.3. Incumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por um período superior

a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

- 1.4. Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pela Entidade Adjudicante, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- 1.5. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos do artigo 36.º do programa do procedimento.
3. Nos casos previstos no número um da presente Cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produzirá efeitos 30 (trinta) dias úteis após a sua receção, salvo se a Entidade Adjudicante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescida dos respetivos juros de mora.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **CAPÍTULO IV - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

##### **Cláusula 23.ª Representação do Adjudicatário**

1. A gestão e coordenação da prestação de serviços será confiada a uma equipa, que demonstre ter experiência comprovada em contratos cujo âmbito seja similar ao da prestação de serviços, devendo os concorrentes em proposta apresentar a equipa de gestão por si proposta.
2. Durante a execução do contrato, o Adjudicatário é representado por um responsável técnico, salvo nas matérias em que, por força da lei ou de estipulação diversas no presente Caderno de Encargos ou no contrato a celebrar, se estabeleça mecanismo de representação diverso.
3. Caso, a qualquer momento, venha a ocorrer a substituição do responsável pela equipa de gestão e coordenação da prestação de serviços, tal como indicado na proposta, o Adjudicatário deverá informar a Entidade Adjudicante, por escrito, do nome do novo responsável, indicando a sua qualificação técnica e juntando o seu currículo, bem como indicando se o mesmo pertence, ou não, aos seus quadros técnicos.
4. As ordens, os avisos e as notificações que a Entidade Adjudicante emita e que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da prestação de serviços poderão ser dirigidas diretamente ao responsável pela equipa de gestão e coordenação, a quem deverão ser conferidos os poderes necessários para representar o Adjudicatário perante a Entidade Adjudicante.



5. O responsável pela equipa de gestão e coordenação deverá acompanhar de forma assídua e efetiva os trabalhos que se desenvolvam no âmbito da prestação de serviços e estar presente nos locais de realização dos mesmos, sempre que para tal seja convocado pela Entidade Adjudicante.
6. A estrutura de pessoal técnico e administrativo, direta e exclusivamente afeta aos serviços, deve ser constituída, pelo menos, por um responsável técnico com a formação mínima de licenciado.
7. O Adjudicatário poderá, a todo e qualquer momento, e por quaisquer motivos relacionados com o seu desempenho na prestação de serviços ou que se revelem de interesse para a exploração da mesma, propor à Entidade Adjudicante a substituição da equipa de gestão e coordenação.
8. O Adjudicatário deve ainda designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, bem como de um responsável pela proteção de dados pessoais.

#### **Cláusula 24.ª Representação da Entidade Adjudicante**

1. Durante a execução do contrato a Entidade Adjudicante é representada por um Gestor de Contrato, designado nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que será responsável pelo acompanhamento permanente da execução do contrato, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no presente Caderno de Encargos ou no contrato a celebrar se estabeleça diferente representação.
2. De acordo com o previsto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i) do CCP, a identificação do Gestor do Contrato constará do clausulado contratual.
3. O Gestor do Contrato tem poderes de representação da Entidade Adjudicante em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para a resolução de todas as questões que lhe sejam colocadas pelo Adjudicatário nesse âmbito.
4. Excetuam-se das questões previstas no artigo anterior as relativas a matérias de modificação, cessação, resolução ou revogação do contrato a celebrar.

#### **Cláusula 25.ª Acompanhamento da Prestação do Serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário, através do seu responsável técnico, fica obrigado a efetuar reuniões de coordenação com o Gestor do Contrato ou com os representantes da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do Adjudicatário, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. Para acompanhamento da execução contratual deverão ainda ser elaborados os relatórios previstos no Capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO V - FISCALIZAÇÃO, RELATÓRIOS E REGISTOS**

### **Cláusula 26.ª Fiscalização**

1. O Adjudicatário fica sujeito, no que diz respeito ao cumprimento do contrato de prestação de serviços, das leis e regulamentos aplicáveis, à fiscalização técnica, financeira e jurídica da Entidade Adjudicante que poderá, para o efeito, exigir-lhe as informações e os documentos que considerem necessárias e a quem será facultado livre acesso a todas as infraestruturas e equipamentos afetos à prestação de serviços, bem como às instalações do Adjudicatário.
2. O Adjudicatário tem de assegurar a expensas suas as deslocações necessárias à fiscalização deslocalizada dos serviços prestados, assegurando a disponibilização durante 24 (vinte e quatro) horas de veículo adequado a essa fiscalização.
3. Aos fiscais incumbirá a verificação da qualidade e quantidade dos trabalhos executados pelo Adjudicatário e estes elaborarão fichas de ocorrência e de inconformidades, para efeitos de aplicação, por parte da Entidade Adjudicante, das penalizações referidas no presente Caderno de Encargos.
4. No âmbito dos seus poderes de fiscalização, a Entidade Adjudicante poderá emitir pareceres, recomendações, instruções e diretivas que o Adjudicatário deverá observar e respeitar.

### **Cláusula 27.ª Registo Diário de Atividade**

1. O Adjudicatário deverá organizar um registo diário de todos os acontecimentos relevantes e trabalhos efetuados no âmbito da prestação de serviços, onde a informação dos acontecimentos diários mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos deverá ser sistematizada e de fácil consulta.
2. Todas as anomalias e reclamações relativas aos trabalhos terão de ser obrigatoriamente registados.
3. Sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante o Adjudicatário deverá apresentar estes registos de atividade diária.

### **Cláusula 28.ª Relatórios**

1. O Adjudicatário deve apresentar, mensalmente, a partir da data de início da prestação de serviços e até ao fim da respetiva vigência, relatórios de que constem as anomalias e/ou dificuldades verificadas na execução normal do serviço, em que se mencione a identificação do local, as causas e as eventuais sugestões de correção.
2. O Adjudicatário deve apresentar à Entidade Adjudicante, mensalmente até ao quinto dia útil do mês subsequente às atividades desenvolvidas, os seguintes relatórios:
  - 2.1. Mapas-resumo conferidos referentes à medição para faturação, com justificação do serviço efetuado;
  - 2.2. Memorando das atividades desenvolvidas durante o mês, indicando o número de pessoal,

ferramentas, viaturas, máquinas e equipamentos.

3. O Adjudicatário deverá ainda apresentar, até ao final dos primeiros 180 (cento e oitenta dias) de execução contratual, um relatório intercalar com a evolução das operações objeto do serviço, fazendo referência expressa ao cumprimento ou incumprimento de obrigações emergentes do contrato, bem como constrangimentos e dificuldades verificadas.
4. Com vista a melhorar a eficiência do serviço, o relatório intercalar previsto no número anterior deverá incluir propostas de melhoria dos serviços prestados, eventuais alternativas aos constrangimentos verificados e outras soluções que considere relevantes integrar no objeto contratual para aperfeiçoamento do sistema de gestão de resíduos urbanos.
5. No final da execução do contrato, o Adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

## **CAPÍTULO VI - SERVIÇOS A REALIZAR, PROGRAMA DE TRABALHOS, PROJETOS A EXECUTAR E OUTROS ELEMENTOS**

### **Cláusula 29.ª Serviços a Realizar**

1. Os serviços destinam-se genericamente a assegurar a Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados; O Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro (Parque Ambiental do Nordeste Transmontano); A Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados; E Limpeza Urbana para as Sedes de Concelho de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, e a garantir o bom funcionamento do serviço.

## **SECÇÃO I**

### **SERVIÇO DE RECOLHA E TRANSPORTE A ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO DOURO SUPERIOR, DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS E EQUIPARADOS;**

#### **Cláusula 30.ª Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior de Resíduos Indiferenciados e Equiparados**

1. Constituem obrigações do Adjudicatário a recolha indiferenciada de resíduos urbanos nas áreas dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, utilizando os equipamentos de deposição coletiva disponibilizados para o efeito, bem como

de proceder ao respetivo transporte para a estação de transferência existente no Douro Superior, nos seguintes termos e condições:

- 1.1. Obtenção das autorizações e licenças necessárias à gestão e transporte dos resíduos sólidos;
- 1.2. Cumprimento das normas nacionais e comunitárias aplicáveis à gestão, operação e manuseamento dos materiais obrigando-se ao pagamento de eventuais penalidades, que as entidades fiscalizadoras, venham a aplicar pelo não cumprimento dessas normas;
- 1.3. Transporte dos resíduos recolhidos ao Parque Ambiental do Nordeste Transmontano, no caso de a Estação de Transferência estar inoperacional por algum tipo de avaria;
- 1.4. Suportar todos os custos da recolha de resíduos indiferenciados, nomeadamente com a lavagem e manutenção das viaturas.
2. O Adjudicatário deve informar diariamente a Entidade Adjudicante dos contentores que foram recolhidos.
3. A informação a que se refere o número anterior deve ser processada automaticamente pelo sistema de gestão da prestação de serviços.
4. Constitui também dever do Adjudicatário o envio mensal à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos da identificação das viaturas, dos consumos de combustível, das horas de início e fim de serviço, bem como as horas de início e fim da recolha dos contentores e os quilómetros diários que foram efetuados para proceder à recolha dos resíduos, por circuito. Esta informação deve ser enviada em formato digital editável em programa Excel ou equivalente.
5. O serviço de remoção de resíduos a contratar contempla as seguintes tarefas:
  - 5.1. Recolha de resíduos que se encontram dentro dos contentores de superfície com a frequência estabelecida;
  - 5.2. Recolha de resíduos que se encontram dentro dos contentores enterrados com a frequência estabelecida;
  - 5.3. Recolha de resíduos que eventualmente se encontrem acumulados junto aos contentores;
  - 5.4. Recolha de sacos nas zonas pedonais/comerciais existentes nas sedes de concelho;
  - 5.5. Descarga para o camião dos contentores, a colocação dos contentores no mesmo local, o fecho da tampa e o travar dos contentores.
6. Os locais públicos onde se localizam os equipamentos de deposição dos resíduos urbanos devem ficar limpos após a operação de recolha, devendo ser obrigatoriamente varridos imediatamente após a operação de recolha de forma a ser realizada a eficiente execução das tarefas de limpeza e higiene urbana.
7. As viaturas de recolha devem fazer o percurso com as comportas devidamente fechadas.

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

8. Durante a operações de recolha e transporte não deverão ocorrer derrames de resíduos ou lixiviados no espaço público. Se tal vier a suceder, a Entidade Adjudicante deverá proceder de imediato à recolha dos resíduos com o auxílio dos meios apropriados, que deverão acompanhar a viatura. Se essa recolha for manifestamente impossível deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (uma) hora, devendo o Adjudicatário enviar à Entidade Adjudicante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas um relatório da ocorrência com a georreferenciação e as medidas implementadas.
9. Não é permitida a transladação de resíduos de um veículo para outro, exceto em motivos de força maior devidamente justificados e comunicados à Entidade Adjudicante.
10. O Adjudicatário deverá respeitar os horários de funcionamento do destino final dos resíduos.
11. No destino final dos resíduos urbanos, os condutores das viaturas de transporte deverão sujeitar-se às normas estabelecidas para o funcionamento e exploração, cumprindo as indicações que aí lhe foram transmitidas pelo responsável.
12. As não conformidades detetadas com o depósito no destino final, que impliquem a sua rejeição, caso sejam imputáveis ao procedimento de recolha, serão da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário, devendo o mesmo suportar os custos e encargos daí resultantes.
13. O adjudicatário deve assegurar a continuidade do serviço de recolha mesmo em situações de condicionamento dos acessos aos locais habituais, resultantes de obras ou intervenções na via pública. Esta obrigação mantém-se desde que subsista, pelo menos, uma via de acesso alternativa que permita, de forma segura e viável, a realização do serviço. Excetuam-se os casos em que ocorra o bloqueio total de todos os acessos, física e logisticamente impeditivo da circulação dos meios de recolha, situação na qual a responsabilidade pela interrupção será devidamente comunicada à Entidade Adjudicante e a recolha será retomada assim que possível.

**Cláusula 31.ª Frequência de Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior de Resíduos Indiferenciados e Equiparados**

1. Devem ser considerados 20 serviços, por ano, de recolha extraordinária, a serem realizados em local e data a designar pelos municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, tendo em conta os períodos de maior produção de resíduos, nomeadamente, o Carnaval, Semana Santa, Natal e Ano Novo bem como os eventos considerados pelos Municípios como de maior importância que venham a decorrer nos concelhos da área de intervenção.
2. O Adjudicatário terá a obrigação de efetuar a recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) em toda a área geográfica dos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, depositados em contentores de superfície, em contentores enterrados e tendo em conta as seguintes frequências de recolha:



### 2.1 Concelho de Freixo de Espada à Cinta:

Os trabalhos são realizados de segunda-feira a sábado, incluindo os feriados, sendo as frequências de recolha estabelecidas as seguintes:

- a) Sede de Concelho: 6 (seis) vezes por semana;
- b) Freguesias ou União de Freguesias: 2 (duas) vezes por semana, excetuando-se as Freguesias/ União de Freguesias e Localidades/Lugares indicadas no Anexo III - C;
- c) Praia Fluvial da Congida: de 1 de janeiro a 31 de maio e de 1 de outubro a 31 de dezembro: 1 (uma) vez por semana; de 1 de junho a 30 de setembro 3 (três) vezes por semana;
- d) Freguesias ou União de Freguesias Localidades/Lugares constantes no Anexo III - C: 1 (uma) vez por semana.

### 2.2 Concelho de Mogadouro:

Os trabalhos são realizados de segunda-feira a sábado, incluindo os feriados, sendo as frequências de recolha estabelecidas as seguintes:

- a) Sede de Concelho: 6 (seis) vezes por semana;
- b) Freguesias ou União de Freguesias: 2 (duas) vezes por semana, excetuando-se as Freguesias/ União de Freguesias e Localidades/Lugares indicadas no Anexo III - C;
- c) Freguesias ou União de Freguesias Localidades/Lugares constantes no Anexo III - C: 1 (uma) vez por semana.

### 2.3 Concelho de Torre de Moncorvo:

Os trabalhos são realizados de segunda-feira a sábado, incluindo os feriados, sendo as frequências de recolha estabelecidas as seguintes:

- a) Sede de Concelho: 6 (seis) vezes por semana;
- b) Freguesias ou União de Freguesias: 2 (duas) vezes por semana, excetuando-se as Freguesias/ União de Freguesias e Localidades/Lugares indicadas no Anexo III - C;
- c) Centro Histórico de Torre de Moncorvo - perímetro conforme Anexo III - F: 7 (sete) vezes por semana;
- d) Praia Fluvial e Parque de Merendas da Foz do Sabor: de 1 de janeiro a 31 de maio e de 1 de outubro a 31 de dezembro: 2 (duas) vezes por semana; de 1 de junho a 30 de setembro: 4 (quatro) vezes por semana;
- e) Freguesias ou União de Freguesias Localidades/Lugares constantes no Anexo III - C: 1 (uma) vez por semana.

### 2.4 Concelho de Vila Nova de Foz Côa:

Os trabalhos são realizados de segunda-feira a sábado, incluindo os feriados, sendo as frequências de recolha estabelecidas as seguintes:

- a) Sede de Concelho: 6 (seis) vezes por semana;
- b) Freguesias ou União de Freguesias: 2 (duas) vezes por semana;
- c) Estação de Caminhos de Ferro de Freixo Numão: 2 (duas) vezes por semana;
- d) Cais do Pocinho: de 1 de junho a 30 de setembro: 2 (duas) vezes por semana; de 1 de janeiro a 31 de maio e de 1 de outubro a 31 de dezembro: 1 (uma vez) por semana.
- e) Ponte do Côa: 1 (uma) vez por mês.
- f) Nossa Senhora do Campo: por solicitação prévia por parte do Município de Vila Nova de Foz Côa/ Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos.

### **Cláusula 32.ª Recolha e Transporte de "Monos/Monstros" a Ecocentro**

1. Na área de abrangência do contrato de recolha da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos o adjudicatário deverá recolher e transportar ao Ecocentro respetivo de cada concelho, todos os resíduos, considerados como "Monos/Monstros", provenientes de particulares, ou de comércio/indústria/serviços, quando equiparados, em quantidade e nas suas características, aos particulares, tais como mobiliário, REEE (Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos) e outros, tendo em conta as seguintes condições:

#### **1.1 Periodicidade de recolha:**

- a) Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Mogadouro e Vila Nova de Foz Côa - 1 (uma) vez por mês nas sedes de concelho e nas restantes localidades (Mensal), no período compreendido entre os dias 1 (um) de setembro e 31 (trinta e um) de maio;
- b) Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Mogadouro e Vila Nova de Foz Côa - 2 (duas) vezes por mês nas sedes de concelho e nas restantes localidades (bimensal), no período compreendido entre os dias 1 (um) de junho e 30 (trinta) de agosto;
- c) Nas sedes de concelho de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, o adjudicatário deverá garantir a recolha de "Monos/Monstros" porta-a-porta, sempre que solicitada pelos munícipes ao Município, mediante o preenchimento de formulário próprio, do qual será encaminhada uma cópia para o prestador de serviços para que proceda à recolha em dia determinado.
- d) Quando os dias disponíveis para a recolha de Monos/Monstros, de acordo com as alíneas anteriores não sejam suficientes, para a recolha, a mesma, deve ser retomada no dia seguinte;
- e) Quando os resíduos a remover, se encontrem agregados com outros passíveis de reciclagem, deve o prestador de serviços, proceder à sua devida separação, de forma a serem encaminhados para reciclagem, conforme Regulamento dos Ecocentros respetivos.

2. Os circuitos de recolha de monstros deverão ser os mesmos circuitos praticados na recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos, sendo recolhidos os monos e monstros junto da contentorização existente, e nos mesmos horários praticados na recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos.
3. O Adjudicatário deverá ter especial atenção relativamente aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) inteiros que, sempre que possível, deverão ser entregues em boas condições nos ecocentros. Para tal, não é necessário que se recolham estes equipamentos em viatura à parte, sendo suficiente que se reserve (sempre que possível) um espaço nas viaturas de recolha para este material. Uma vez chegada ao Ecocentro, a equipa que faz a recolha deverá informar na Portaria que, além dos monos, possui também REEE para entregar e ser-lhe-ão fornecidas indicações de como proceder.
4. O adjudicatário deverá elaborar e manter atualizados ficheiros informatizados, nos quais constem a quantidades mensais estimadas de resíduos recolhidos e transportados, explicitando o tipo de monos, sua localização e áreas/locais de Recolha/Limpeza.
5. O adjudicatário está obrigado a apresentar, mensalmente, um relatório do qual deverão constar os dados referidos no ponto anterior.

## **SECÇÃO II**

### **TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS E EQUIPARADOS A ATERRO**

#### **Cláusula 33.ª Transporte de Resíduos a Aterro**

1. Na estação de transferência do Douro Superior deverão ser aceites todos os resíduos considerados como resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada recolhidos nos concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, sendo da responsabilidade do Adjudicatário o transporte dos resíduos entregues na Estação de Transferência ao Parque Ambiental do Nordeste Transmontano (Aterro).
2. Para a realização do serviço de transporte de resíduos os concorrentes têm de afetar no mínimo uma equipa, sendo composta por uma viatura de transporte e por um motorista de articulados.
3. Para o serviço de Transporte de Resíduos é obrigatório fornecer no mínimo uma cabeça tratora para o transporte de semirreboques e dois semi-reboques piso móvel para a compactação de resíduos.
4. O Adjudicatário deverá receber todos os resíduos com o código LER 20 03 01 entregues por particulares, desde que autorizados pela Entidade Adjudicante.
5. O Adjudicatário é o responsável pela obtenção das autorizações e licenças necessárias à gestão e transporte dos resíduos sólidos.
6. É também da responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento das normas nacionais e



comunitárias aplicáveis à gestão, operação e manuseamento dos materiais relacionados com a prestação de serviços, sendo da sua conta eventuais sanções aplicadas pelas entidades competentes.

7. A contratação dos trabalhadores necessários para a realização da prestação de serviços é da responsabilidade do Adjudicatário.
8. Os custos da exploração da Estação de Transferência, nomeadamente com a lavagem e manutenção das infraestruturas afetas ao Serviço de Gestão da Estação de Transferência, os encargos com a manutenção das zonas verdes existentes dentro da mesma, bem como os consumos de água, telefone e eletricidade, entre outros, são da responsabilidade do Adjudicatário, sendo ainda da sua responsabilidade a gestão e tratamento dos lixiviados produzidos na Estação de Transferência, nomeadamente os resultantes da compactação dos resíduos, os produzidos na zona de lavagem de viaturas e as águas residuais domésticas produzidas na instalação.
9. O Adjudicatário deverá registar todos os dados referentes à receção dos resíduos considerados de interesse para a manutenção da informação estatística atualizada, sobre a entrega de resíduos por particulares, que contemple a seguinte informação:
  - Data e hora de entrega de resíduos;
  - Proveniência do resíduo, (particular, comerciante, empresa, Câmara Municipal e Junta de Freguesia);
  - Identificação do depositante (matrícula da viatura);
  - Nome completo;
  - Morada completa;
  - Número de Identificação Fiscal.
10. A informação referida no ponto anterior deve ser enviada à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, com periodicidade mensal, de forma digital, em formato editável em programa Excel ou equivalente. Nessa informação deve constar de forma perceptível o dia e a hora de entrega de resíduos.
11. O Adjudicatário deve enviar à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, com periodicidade mensal, a identificação das viaturas, os consumos, as horas de início e fim de serviço, bem como as horas de início e fim da recolha dos contentores e os quilómetros diários que foram efetuados para proceder ao transporte dos resíduos. Esta informação deve ser enviada em formato digital editável em programa Excel ou equivalente.
12. O Adjudicatário fica obrigado a enviar à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, com periodicidade mensal, os custos mensais suportados com a energia elétrica, comunicações e o consumo de água. Esta informação deve ser enviada em formato digital editável em programa Excel ou equivalente.

13. O preço para a gestão da Estação de Transferência deve ser apresentado em euros por tonelada de resíduos entrados na Estação de Transferência.
14. A Estação de Transferência tem o mesmo horário de funcionamento dos ecocentros e deve estar aberta ao público de segunda-feira a sábado, para a receção de resíduos entregues por particulares;
15. O Adjudicatário deve garantir que a Estação de Transferência do Douro Superior está operacional para receber os resíduos das recolhas municipais às horas que as viaturas de recolha aí cheguem para descarregar, tanto em horário diurno como noturno. Caso se venha a verificar alguma alteração a estes horários no decorrer do prazo contratual, o Adjudicatário deve garantir que a descarga é efetuada nos mesmos termos de execução contratual.
16. Após a celebração do contrato, a Entidade Adjudicante celebrará com a Resíduos do Nordeste E.I.M. contrato de comodato que habilite esta empresa intermunicipal a assegurar a posse e a gestão da Estação de Transferência do Douro Superior.

### **SECÇÃO III**

#### **LAVAGEM, DESINFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTENTORES DE SUPERFÍCIE E ENTERRADOS**

##### **Cláusula 34.ª Lavagem e Desinfecção de Contentores**

1. A lavagem de contentores será efetuada por meios mecânicos adequados.
2. O serviço de lavagem e manutenção de contentores inclui os contentores existentes atualmente no parque de contentores bem como os aumentos que se venham a verificar no decorrer da prestação de serviços.
3. No caso dos contentores enterrados e semienterrados, a lavagem deverá ser efetuada com viaturas equipadas com bombas de aspiração dos líquidos do interior dos equipamentos de deposição. Os contentores devem ser lavados por dentro e por fora, não é permitido que partes do contentor não sejam lavados (tampa ou parte de trás do contentor), se o sistema mecânico de lavagem de contentores não conseguir lavar integralmente os contentores a equipa de lavagem deve recorrer a uma ponteira de alta pressão ou a outra forma que seja adequada para efetuar esse serviço.
4. Nos casos em que se verifique que o contentor não está bem lavado deve ser efetuado novo ciclo de lavagem do mesmo, e/ou a equipa de lavagem deve recorrer à ponteira de alta pressão e/ou esfregar o contentor, ou outro meio adequado.
5. A lavagem dos contentores deve ser realizada com água onde serão adicionados um detergente e um desinfetante que será previamente aprovado pela Entidade Adjudicante.
6. A lavagem de contentores será efetuada por uma equipa dedicada, com uma viatura de lavagem

- de contentores equipada com sistemas eficientes para a gestão de consumo de água.
7. A viatura mecânica lava contentores não poderá permitir escorrências para a via. O esvaziamento dos líquidos das viaturas lava contentores deve ser efetuado em local próprio para tal fim.
  8. Toda a água necessária para realização das operações de lavagem e desinfeção dos contentores é da responsabilidade do adjudicatário;
  9. A última etapa da lavagem consiste na fixação de um autocolante vinil em cada contentor com informação da data de execução do serviço de lavagem. O fornecimento deste material é da responsabilidade do Adjudicatário. No Anexo IV do presente Caderno de Encargos é apresentado um esquema exemplificativo de autocolante que deverá ser trabalhado pelo Adjudicatário.
  10. O destino final das águas residuais provenientes da lavagem e desinfeção dos contentores é da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os custos inerentes.
  11. No final do processo de lavagem dos contentores e limpeza do local, o Adjudicatário deverá repor cada contentor na sua localização inicial devidamente travado com os travões de roda e devidamente fixos nos suportes metálicos, caso existam.
  12. Caso a fiscalização detete situações de contentores em mau estado de limpeza após a execução do serviço reserva-se o direito de exigir ao Adjudicatário a repetição da sua lavagem.
  13. No caso de se verificar algum impedimento durante o serviço de lavagem, o Adjudicatário obriga-se a informar de imediato a AMDSFE.
  14. As operações de lavagem deverão decorrer em horários que melhor se adequem à eficiência do serviço, à fluidez do tráfego nas vias, dando prioridade ao conforto dos cidadãos e utentes.
  15. O Adjudicatário deve informar diariamente a Entidade Adjudicante dos contentores que foram lavados, essa informação deve ser processada automaticamente pelo sistema de gestão da prestação de serviços.

### **Cláusula 35.ª Frequência de Lavagem e Desinfeção de Contentores**

1. A lavagem e desinfeção deverão ser efetuadas em todos os contentores de deposição de RSU's de toda a área de intervenção, e de acordo com as seguintes frequências:
  - 1.1. **Concelho de Vila Nova de Foz Côa:**
    - a) Sede de Concelho: 2 (duas) vezes por mês (bimensal);
    - b) Freguesias: 1 (uma) vez por mês (mensal);
    - c) Inclui a lavagem e desinfeção dos contentores enterrados instalados nas duas plataformas das ilhas ecológicas (resíduos indiferenciados).
  - 1.2. **Concelho de Mogadouro:**

- a) Sede de Concelho: 2 (duas) vezes por mês (bimensal);
- b) Freguesias: 1 (uma) vez por mês (mensal);
- c) Inclui a lavagem e desinfecção dos contentores enterrados instalados nas plataformas das "ilhas ecológicas" (resíduos indiferenciados).

**1.3. Concelho de Torre de Moncorvo:**

- a) Sede de Concelho: de maio a setembro 2 (duas) vezes por mês (quinzenal); de outubro a abril 1 (uma) vez de 2 (dois) em 2 (dois) meses (bimestral);
- b) Freguesias: de maio a setembro 1 (uma) vez por mês (mensal); de outubro a abril 1 (uma) vez de 2 (dois) em 2 (dois) meses (bimestral).

**1.4. Concelho de Freixo de Espada à Cinta:**

- a) Sede de Concelho e Freguesias: de maio a julho 1 (uma) vez por mês (Mensal); agosto 2 (duas) vezes (Bimensal); setembro a outubro 1 (uma) vez por mês (Mensal); dezembro 1 (uma) vez (Mensal); março 1 (uma) vez (Mensal).

**Cláusula 36.ª Manutenção de Contentores**

1. A manutenção dos contentores deve ser realizada sempre que seja necessário.
2. Todos os gastos associados à manutenção dos contentores são suportados pelo Adjudicatário.
3. A manutenção dos contentores enterrados existentes atualmente na zona de intervenção encontra-se incluída nesta prestação de serviços. Para o efeito os contentores enterrados são transferidos para o Adjudicatário em boas condições de funcionamento e de exploração.
4. As equipas de recolha devem comunicar ao Adjudicatário quais os contentores que necessitam de manutenção, através do sistema de gestão da prestação de serviços.
5. A Entidade Adjudicante deve ter acesso a essa informação ao mesmo tempo que o Adjudicatário.
6. O Adjudicatário deve informar diariamente a Entidade Adjudicante dos contentores que sofreram manutenção, essa informação deve ser processada automaticamente pelo sistema de gestão da prestação de serviços.
7. O adjudicatário obriga-se a contratar um seguro de responsabilidade civil por eventuais danos causados a terceiros pela deslocação de contentores.
8. O Adjudicatário obriga-se a manter os contentores em perfeito estado de funcionamento e com bom aspeto, procedendo à sua manutenção, reparação ou substituição, sempre que necessário de acordo com o descrito no presente Caderno de Encargos.
9. Para assegurar que os contentores se encontram em boas condições o Adjudicatário deverá proceder à verificação do estado de utilização sempre que efetue o serviço de recolha, devendo

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

efetuar a manutenção/reparação/substituição de acessórios nos equipamentos sempre que for necessário e no prazo de 24 horas após a verificação da ocorrência.

10. O serviço de manutenção de contentores envolve a lubrificação e/ou substituição de rodas, de asas ou de tampas e acessórios quando danificados, etc., sempre que necessário e devidamente justificado e não resulte danos resultantes do mau funcionamento de viatura ou de quem os opera.
11. Os contentores existentes no início do contrato fazem parte integrante do mesmo devendo ser igualmente objeto de manutenção/reparação, nos termos dos novos contentores a instalar. O número de contentores instalados por município apresenta-se no Anexo 2.
12. Os contentores existentes à data do termo da Prestação de Serviços reverterão integralmente para a Entidade Adjudicante.

**Cláusula 37.ª Parque de Contentores**

1. O parque de contentores no ano de 2025 é constituído por 2357 (dois mil, trezentos e cinquenta e sete) contentores.
2. A distribuição de contentores por cada um dos concelhos do Douro Superior é a seguinte:

	<b>120</b>	<b>240</b>	<b>360</b>	<b>800</b>	<b>1000</b>	<b>1100</b>	<b>Total</b>
<b>Freixo de Espada à Cinta</b>	0	0	0	176	71	89	336
<b>Mogadouro</b>	11	0	0	106	381	279	777
<b>Torre de Moncorvo</b>	13	1	4	104	298	205	625
<b>Vila Nova de Foz Côa</b>	40	5	1	263	177	133	619
							<b>2357</b>

Tabela 2 – Distribuição dos Contentores por Concelho.

3. A Entidade Adjudicante prevê que possa ocorrer um aumento do parque de contentores no decorrer da prestação de serviço até 10% (dez por cento) do parque atual.
4. Os contentores são entregues ao prestador do serviço no estado de conservação e manutenção em que se encontrem à data do início da prestação do serviço.
5. Os concorrentes devem prever nas suas propostas a quantidade de contentores novos que serão necessários para substituir os contentores que à data do início da prestação não se encontrem em condições adequadas de utilização.
6. O Adjudicatário deve enviar à Entidade Adjudicante nos primeiros 30 (trinta) dias da prestação do



- serviço, uma listagem com os contentores a substituir, para validação da pela Entidade Adjudicante.
7. A listagem deve incluir a referência do contentor, o nome da rua e a localidade (local, freguesia e concelho), bem como qualquer outra informação que o Prestador de Serviço entenda necessária.
  8. Depois da Entidade Adjudicante validar a listagem referida no número anterior, o Adjudicatário deve, nos 30 (trinta) dias imediatamente subsequentes, proceder à substituição dos mesmos.
  9. Os contentores a fornecer devem ser novos e a estrear, e devem cumprir a norma EN 840 ou equivalente.
  10. Os contentores afetos à prestação de serviços, quando instalados, passam a pertencer à Entidade Adjudicante.
  11. Cada um dos contentores afetos à prestação de serviços deve ter impresso, na frente dos mesmos, o logótipo e nome da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, em serigrafia, com as cores e de acordo com modelo previamente definido.
  12. Os contentores retirados ou substituídos do Parque de Contentores devem ser entregues à Entidade Adjudicante, na Estação de Transferência do Douro Superior.
  13. O Adjudicatário deve no prazo de 6 (seis) meses a contar do início da prestação do serviço ter instalado um identificador RFID em todos os contentores afetos à prestação de serviços.
  14. Todos os contentores que sejam queimados no decorrer da prestação de serviços devem ser substituídos de imediato, sendo os custos com essa substituição suportados integralmente pelo Adjudicatário.
  15. Estima-se que seja necessária a substituição de 15 (quinze) contentores por ano em resultado de incêndio ou outros atos de vandalismo.

### **Cláusula 38.ª Fornecimento de Contentores**

1. Nos primeiros três meses da prestação de serviços devem ser fornecidos e instalados, nos locais a designar pela AMDSFE, 250 (duzentos e cinquenta) contentores para substituição dos atualmente existentes que são propriedade dos municípios:
  - 175 (cento e setenta e cinco) contentores de 1100 (mil e cem) litros;
  - 75 (setenta e cinco) contentores de 800 (oitocentos) litros;
2. Para efeitos de substituição do parque de contentores que não se encontrem em condições adequadas de funcionamento, o Adjudicatário tem de fornecer todos os anos as seguintes quantidades de contentores:
  - 100 (cem) contentores de 1100 (mil e cem) litros, dos quais:
    - 13 (treze) contentores de 1100 (mil e cem) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Freixo de Espada à Cinta;

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

- 33 (trinta e três) contentores de 1100 (mil e cem) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Mogadouro;
  - 29 (vinte e nove) contentores de 1100 (mil e cem) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Torre de Moncorvo;
  - 25 (vinte e cinco) contentores de 1100 (mil e cem) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Vila Nova de Foz Côa.
  - 30 (trinta) contentores de 800 (oitocentos) litros, dos quais:
    - 4 (quatro) contentores de 800 (oitocentos) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Freixo de Espada à Cinta;
    - 10 (dez) contentores de 800 (oitocentos) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Mogadouro;
    - 9 (nove) contentores de 800 (oitocentos) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Torre de Moncorvo;
    - 8 (oito) contentores de 800 (oitocentos) litros a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Vila Nova de Foz Côa.
  - 20 (vinte) contentores de 1100 (mil e cem) litros, de metal.
    - 3 (três) contentores de 1100 (mil e cem) litros, de metal, a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Freixo de Espada à Cinta;
    - 7 (sete) contentores de 1100 (mil e cem) litros, de metal, a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Mogadouro;
    - 6 (seis) contentores de 1100 (mil e cem) litros, de metal, a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Torre de Moncorvo;
    - 5 (cinco) contentores de 1100 (mil e cem) litros, de metal, a fornecer e instalar na área geográfica do concelho de Vila Nova de Foz Côa.
3. Todos os contentores a fornecer, devem obrigatoriamente possuir sistema de abertura através de pedal, de forma a garantir maior higiene na deposição de RSU's.
  4. Em cada ano do contrato, o prestador de serviços tem de fornecer e instalar 20 guardas metálicas em aço inoxidável para colocar em locais a indicar pela Entidade Adjudicante, de forma a promover a fixação dos contentores.
  5. Os danos provocados pela movimentação dos contentores são da inteira responsabilidade do adjudicatário
  6. O Adjudicatário deve informar a Entidade Adjudicante dos contentores da quantidade de contentores que é necessário substituir, para validação dessa substituição.
  7. Os encargos associados à substituição de contentores devem ser integralmente suportados pelo Adjudicatário.

8. Se até ao final de cada ano contratual não tiverem sido substituídos os 150 (cento e cinquenta) contentores mencionados no ponto 2 da presente cláusula, os que estiverem em stock terão que ser entregues à Entidade Adjudicante em instalações a indicar.
9. O parque de contentores pode ser aumentado por iniciativa da Entidade Adjudicante ou do Adjudicatário.
10. O adjudicatário deverá ainda prever um reforço nos circuitos de recolha de modo a minimizar os efeitos do aumento de produção de resíduos na época de Verão, festividades, feiras, etc.
11. Sempre que solicitado deverá ser previsto o reforço de contentores/capacidade instalada de deposição. Este reforço poderá ser temporário exemplo festividades, feiras, etc. ou definitivo. No caso de o temporário ser definitivo o adjudicatário suportará os respetivos encargos.

#### **SEÇÃO IV**

### **LIMPEZA URBANA, PARA AS SEDES DE CONCELHO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES, TORRE DE MONCORVO E VILA NOVA DE FOZ CÔA.**

#### **Cláusula 39.ª Limpeza Urbana**

A Limpeza Urbana incidirá sobre os arruamentos das sedes de concelho de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, conforme Anexos III – D, E, F e G respetivamente, em horário compreendido entre as 06:00 e as 12:40 horas, e será executada tendo em atenção as seguintes condições específicas:

**1. Sede de concelho de Carrazeda de Ansiães:**

**1.1. Varredura Manual:**

**a) Diária**

- Zonas/Ruas assinaladas a verde.

**b) Trissemanal**

- Zonas/Ruas assinaladas a amarelo.

**c) Bissemanal**

- Zonas/Ruas assinaladas a azul.

**d) Mensal**

- Zonas/Ruas assinaladas a laranja.

**1.2. O Adjudicatário deverá, ainda, assegurar a limpeza urbana dos locais do espaço público da cidade onde se realizam eventos esporádicos ou periódicos, e imediatamente após o termo destes, nomeadamente:**

- a) Arruamentos urbanos onde se realizam feiras mensais (36 eventos/ano)**



**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

- b) Arruamentos e praças onde se realizam espetáculos e festividades religiosas culturais e gastronómicas (5 eventos/ano), podendo incluir Domingos ou Feriados;
- 1.3. O Adjudicatário deverá assegurar a limpeza e desinfeção das casas de banho públicas, funcionando as mesmas 24 horas por dia, em que os trabalhos terão a seguinte periodicidade:
- a) Recinto da Feira - Limpeza bi-diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
  - b) Praça D. Lopo Vaz de Sampaio - Limpeza bi-diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
  - c) Praça dos Combatentes - Limpeza diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
- 1.4. O Adjudicatário deve indicar o dimensionamento da varredura manual, considerando, para o efeito, os seguintes meios mínimos efetivos e permanentemente afetos ao serviço de varredura manual:
- 5 Cantoneiros afetos à Varredura Manual.
2. Sede de concelho de Torre de Moncorvo:
- 2.1. Varredura Manual
- a) Diária
    - Zonas/Ruas assinaladas a vermelho.
  - b) Bissemanal
    - Zonas/Ruas assinaladas a amarelo.
- 2.2. Varredura "Mista"
- a) Bissemanal
    - Zonas/Ruas assinaladas a verde.
- 2.3. A varredura "Mista" compreende a utilização de uma varredora mecânica, auxiliada por um homem com soprador mecânico.
- 2.4. O Adjudicatário deverá, ainda, assegurar a limpeza urbana dos locais do espaço público da Sede de Concelho onde se realizam eventos esporádicos ou periódicos, e imediatamente após o termo destes, nomeadamente:
- a) Arruamentos urbanos onde se realizam feiras mensais e anuais (14 eventos/ano);
  - b) Arruamentos e praças onde se realizam espetáculos e festividades religiosas culturais e gastronómicas (5 eventos/ano), podendo incluir Domingos ou Feriados;
  - c) Envoltivo da Praia da Foz do Sabor, durante, se necessário, e após a realização de

eventos (2 eventos/ano);

2.5. O Adjudicatário deve indicar o dimensionamento da varredura manual e mista, considerando, para o efeito, os seguintes meios mínimos efetivos e permanentemente afetos ao serviço de varredura manual e mista:

- 5 Cantoneiros afetos à Varredura Manual.

3. Sede de concelho de Vila Nova de Foz Côa:

3.1. Varredura Manual:

a) Diária

- Zonas/Ruas assinaladas a vermelho.

b) Semanal

- Zonas/Ruas assinaladas a Amarelo.

3.2. Varredura "Mista":

a) Semanal

- Zonas/Ruas assinaladas a verde.

b) Quinzenal

- Zonas/Ruas assinaladas a Roxo.

3.3. A varredura "Mista" compreende a utilização de uma varredora mecânica, auxiliada por um homem com soprador mecânico.

3.4. O Adjudicatário deverá, ainda, assegurar a limpeza urbana dos locais do espaço público da cidade onde se realizam eventos esporádicos ou periódicos, e imediatamente após o termo destes, nomeadamente:

a) Arruamentos urbanos onde se realizam feiras mensais e anuais (27 eventos/ano)

b) Arruamentos e praças onde se realizam espetáculos e festividades religiosas culturais e gastronómicas (5 eventos/ano), podendo incluir Domingos ou Feriados;

c) Envolvente da Expocôa, Parque da Lameira e Gimnodesportivo, durante, se necessário, e após a realização de eventos (4 eventos/ano);

d) Envolvente da pista de autocross, após a realização de provas desportivas (1 evento/ano);

3.5. O Adjudicatário deverá, ainda, assegurar a lavagem, limpeza e desinfecção da Rua de S. Miguel e a Praça da República (Praça do Tablado), com uma periodicidade quinzenal no período de maio a outubro e mensal nos restantes meses, apresentando para tal a devida calendarização e por cada operação entregar relatório fotográfico de regime probatório com inscrição automática de data e hora.

3.6. O Adjudicatário deverá assegurar a limpeza e desinfeção das casas de banho públicas, funcionando as mesmas 24 horas por dia, em que os trabalhos terão a seguinte periodicidade:

- a) Parque de Santo António – Limpeza bi-diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
- b) Rua de São Miguel – Limpeza bi-diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
- c) Mercado Municipal - Limpeza diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
- d) Central de Camionagem - Limpeza diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal;
- e) Parque de Autocaravanas - Limpeza diária, ou superior em caso de solicitação pontual/sazonal.

3.7. O Adjudicatário deve indicar o dimensionamento da varredura manual, considerando, para o efeito, os seguintes meios mínimos efetivos e permanentemente afetos ao serviço de varredura manual:

- 6 Cantoneiros afetos à Varredura Manual.

- 4. Todos os custos associados à aquisição de produtos de limpeza, usados para a limpeza e desinfeção das casas de banho públicas, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.
- 5. Caso de verifique um aumento populacional igual ou superior a 500 pessoas por Sede de Concelho, tendo por base dados oficiais dos censos ou de fontes estatísticas reconhecidas, deverá a Entidade Adjudicante assegurar um reforço proporcional do número de trabalhadores afetos ao serviço de limpeza urbana de forma a manter os níveis de qualidade e eficácia do serviço prestado.
- 6. O adjudicatário deve garantir que o número de trabalhadores afetos ao serviço corresponde aos meios mínimos efetivos e permanentes, assegurando, de forma atempada, a substituição dos mesmos em situação de baixa médica, férias ou outras ausências, por forma de não comprometer a operacionalidade dos serviços.
- 7. A varredura de um arruamento inclui todas as operações necessárias à completa limpeza e remoção dos detritos aí existentes, assim como, lavagem, limpeza e desinfeção periódica da Rua de S. Miguel a Praça da República (Praça do Tablado) no período atrás referido, e desobstrução das bocas de lobo e grelhas, assim como desinfeção das bocas e grelhas.
- 8. A intervenção da varredura nos arruamentos inclui a varredura propriamente dita de toda a faixa de rodagem de circulação de viaturas, de todos os passeios, bermas e faixas de rodagem de circulação de peões, limpeza de valetas e sarjetas, caso existam, desobstrução das bocas de lobo,

sarjetas de grelha.

9. O Adjudicatário deve proceder à lavagem do arruamento nas 24 horas seguintes sempre que haja derrame de líquidos indesejáveis, assim como, à lavagem periódica da Rua de S. Miguel no período atrás referido. Deve, também, sempre que necessário, proceder à limpeza das valetas e sarjetas, se existirem, e proceder à desobstrução de bocas de lobo, sarjetas de grelha, de forma a evitar inundações nos arruamentos em causa.
10. O Adjudicatário compromete-se a proceder à lavagem das zonas dos arruamentos de forma a reduzir o levantamento de pó quando da ação da varredura. Deverá igualmente tratar as zonas de arruamentos onde tenha sido lançado óleo ou outros líquidos que ponham em perigo a circulação rodoviária com a lavagem dos mesmos, e posteriormente com cobertura apropriada de inertes. Nestes casos pontuais deverá o Adjudicatário proceder à sinalização das zonas afetadas.
11. O Adjudicatário deverá, nos locais em que os terrenos públicos confinem com a via pública e os muros ou valetas apresentem muita vegetação densa, como silvado ou outro, proceder ao seu corte na vertical da face exterior do muro de vedação.
12. A Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos ou qualquer dos seus Associados poderão decidir eles próprios tomar a iniciativa de varrer arruamentos incluídos na zona delimitada, devendo tal situação ser comunicado ao Adjudicatário.
13. Nas sedes de Concelho de Vila Nova de Foz Côa e Torre de Moncorvo nomeadamente nas zonas de limpeza urbana o Adjudicatário tem como obrigação, após prévia autorização da Fiscalização, proceder à limpeza, deservagem da área envolvente do Estádio Municipal (sede de Concelho de Vila Nova de Foz Côa) e de 4046 m2 (sede de concelho de Torre de Moncorvo) em áreas a designar e consoante as necessidades, e corte de vegetação em terrenos públicos, nas seguintes condições:
  - a) Será ceifada ou cortada toda a vegetação que exista no terreno, por forma a garantir a higiene do local.
  - b) Deve proceder-se ao corte da vegetação a eliminar, sem molestar aquelas que têm uma função decorativa, ou seja, as consideradas de interesse pela Fiscalização e que não estejam a dificultar as condições de visibilidade e drenagem.
  - c) Devem ser utilizados os meios mecânicos adequados - máquinas, equipamentos autónomos e ferramentas de poda, corte, roça e ceifa, e destruição da vegetação e, ainda, limpeza do terreno.
14. Os meios humanos afetos ao serviço de limpeza urbana devem estar equipados com um telemóvel, com sistema de localização GPS, que permita uma localização em tempo real, através de equipamento informático compatível com o existente na AMDSFE e Municípios, a fornecer à

Entidade Adjudicante para que esta, consiga saber as tarefas executadas.

15. Em casos especiais, designadamente em ocasiões de festividades, desde que solicitado pela Entidade Adjudicante, o serviço de varredura de arruamentos será efetuado aos domingos e/ou feriados, de modo a manter boas condições de higiene e limpeza das vias públicas.
16. A varredura mecânica é a ação complementar para uma limpeza perfeita de ruas, passeios, bermas e zonas de estacionamento.
17. A varredura mecânica terá incidência em toda a faixa de rodagem, sendo feita também a limpeza de passeios, bermas e locais de estacionamento e constitui complemento da varredura manual.
18. A varredura mecânica será efetuada no período compreendido entre as 6h00m e as 12h40m.
19. O Adjudicatário deverá indicar onde pretende depositar os resíduos da varredora mecânica.
20. Para o serviço de varredura mecânica é obrigatório o fornecer no mínimo uma varredora de 6m3.
21. A lavagem de arruamentos é a ação complementar para a lavagem perfeita de ruas, passeios, bermas e zonas de estacionamento.
22. A lavagem mecânica de arruamentos terá incidência em toda a faixa de rodagem, sendo feita também a lavagem manual de passeios, bermas e locais de estacionamento de forma a ter-se uma elevada qualidade do serviço de limpeza urbana.
23. A lavagem de arruamentos será efetuada, das 6h00m às 12h40m. podem os concorrentes propor outro horário de forma a não perturbar os utilizadores dos arruamentos.
24. Nas épocas do ano em que não seja possível a realização do serviço de lavagem de arruamentos, os meios humanos deste serviço serão colocados à disposição da proteção civil para a realização de outras tarefas, tais como, o espalhamento de sal em passeios ou em estradas municipais.
25. Nos meses de inverno os municípios podem optar pela não realização do serviço de lavagem de arruamentos, tendo de ser compensados nos meses de verão em que se venha a justificar a realização destes trabalhos.
26. O Adjudicatário deve assegurar uma adequada limpeza, desobstrução e desinfecção das bocas de lobo e das sarjetas.
27. O Adjudicatário deve descrever qual o procedimento para efetuar a limpeza, desobstrução e desinfecção das bocas de lobo e sarjetas.
28. As propostas devem prever a quantidade de bocas de lobo e sarjetas a desobstruir e desinfetar, de preferência por rua, devendo englobar pelo menos o número atual.
29. Este serviço deve efetuar a sucção de todas as areias e terras acumuladas no fundo das sarjetas.
30. A desobstrução e desinfecção de sarjetas e bocas de lobo será efetuada no fim do verão ("Limpeza a fundo") e no resto do ano devem ser mantidas em bom estado de funcionamento e desinfecção.
31. Os serviços devem assegurar o corte da vegetação das bermas, valetas, banquetas e taludes, de forma a facilitar a conservação e a melhorar as condições de visibilidade e de drenagem das águas



11

pluviais. No corte de vegetação, deverá ser feita a distinção entre a vegetação que tem, ou não, função decorativa.

32. O corte de ervas deverá, em regra, ser efetuado com uma periodicidade bimestral. Poderá ser considerado pontualmente o reforço deste serviço.
33. Com o corte de ervas é necessária a execução de monda química, que consiste na pulverização de herbicidas que evitam o crescimento de ervas daninhas, ação que permite a obtenção de uma limpeza realmente eficaz e duradoura.
34. Os herbicidas a utilizar devem cumprir todos os requisitos da legislação em vigor, devendo, no entanto, ser sujeitos à aprovação prévia da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. É previsível que no decorrer do contrato venha a ser proibida a aplicação de herbicidas com a substância ativa glifosato pelo que os concorrentes devem considerar este dado aquando da elaboração das suas propostas.
35. Sempre que se mostre necessário, os municípios serão informados antes da aplicação de herbicidas, constituindo as despesas associadas a essa publicidade encargos do Adjudicatário.
36. O Adjudicatário deve proceder, no mínimo a duas intervenções anuais de monda química, uma no início da Primavera e outra no final do Verão.

#### **Cláusula 40.ª Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras**

A Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras incidirá sobre os equipamentos colocados nas sedes de concelho de Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

##### **1. Sede de concelho de Carrazeda de Ansiães:**

a) Tipo de Serviço: Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras;

b) Execução do Serviço:

b.1) Lavagem e Desinfecção – Mensal;

b.2) O Adjudicatário é responsável pela manutenção das papeleiras instaladas na área dos serviços de limpeza urbana, de forma a manter este equipamento em bom estado de conservação

b.3) Recolha de resíduos das Papeleiras:

- Zonas da vila com limpeza urbana - todas as unidades instaladas na área dos serviços de limpeza urbana – frequência de recolha consoante a frequência de limpeza urbana da respetiva zona.

##### **2. Sede de concelho de Torre de Moncorvo:**



**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

a) Tipo de Serviço: Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras;

b) Execução do Serviço:

b.1) Lavagem e Desinfecção – Mensal;

b.2) O Adjudicatário é responsável pela manutenção das papeleiras instaladas na área dos serviços de limpeza urbana, de forma a manter este equipamento em bom estado de conservação;

b.3) Recolha de resíduos das Papeleiras:

- Zonas da vila com limpeza urbana - todas as unidades instaladas na área dos serviços de limpeza urbana – frequência de recolha consoante a frequência de limpeza urbana da respetiva zona.

3. Sede de concelho de Vila Nova de Foz Côa:

a) Tipo de Serviço: Recolha, Manutenção, Lavagem e Desinfecção de Papeleiras;

b) Execução do Serviço

b.1) Lavagem e Desinfecção – Mensal;

b.2) O Adjudicatário é responsável pela manutenção das papeleiras instaladas na área dos serviços de limpeza urbana, de forma a manter este equipamento em bom estado de conservação

b.3) Recolha de resíduos das Papeleiras:

- Zonas da cidade com limpeza urbana – todas as unidades instaladas na área dos serviços de limpeza urbana com recolha diária ou semanal consoante a frequência de limpeza urbana da respetiva zona e assegurar a recolha ao sábado e domingo no período das festividades da Amendoeira em Flor;
- Jardim do Emigrante - todas as unidades instaladas nesta área de serviços de limpeza urbana - recolha semanal;
- Parque da Lameira - todas as unidades instaladas nesta área de serviços de limpeza urbana - recolha quinzenal de junho a setembro, e recolha mensal o resto do ano;
- Miradouro do Caminho da Costa - todas as unidades instaladas nesta área de serviços de limpeza urbana - recolha semanal de maio a setembro, e recolha mensal de outubro a abril. Deve também, ser assegurada a recolha ao sábado e domingo no período das festividades da Amendoeira em Flor.

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

4. O Adjudicatário deverá submeter à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, para aprovação, o tipo de desinfetante que prevê utilizar nas palestras.
5. O prestador de serviços tem de fornecer todos os anos até 30 palestras para efeitos de substituição, renovação e colocação em novos locais que se venha a tornar necessário. Estas palestras têm de possuir o logotipo da Entidade Adjudicante.
6. As propostas devem prever como será efetuada a recolha das palestras.

**Cláusula 41.ª Meios Humanos**

1. As equipas de recolha de resíduos são obrigatoriamente constituídas por 3 (três) elementos: 1 (um) motorista e 2 (dois) ajudantes. As equipas de Lavagem de Contentores são obrigatoriamente constituídas por 3 (três) elementos: 1 (um) motorista e 2 (dois) ajudantes.
2. Os elementos referentes aos recursos humanos deverão ser elaborados de acordo com os termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos e incluirão um plano anual de formação do pessoal afeto aos trabalhos da prestação de serviços, elaborado de acordo com as prescrições aplicáveis.

**Cláusula 42.ª Viaturas Fiscalização; Recolha de RSU's; Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana**

1. Para a presente Prestação de Serviços é obrigatório, fornecer no mínimo 4 (quatro) viaturas para a recolha de resíduos, 1 (uma) viatura para a recolha da zona histórica de Torre de Moncorvo, 1 (uma) viatura para lavagem e desinfecção de contentores, 1 (uma) viatura para fornecimento e manutenção de contentores, 1 (uma) varredora mecânica com a capacidade mínima de 6 m<sup>3</sup> e 1 (uma) viatura para o serviço de fiscalização deslocalizada dos serviços prestados.
2. As viaturas a afetar à prestação de serviços têm de ser novas e a estrear, cumprindo com disposto nos regulamentos europeus que estabelecem limites máximos de emissões de poluentes para veículos ligeiros e pesados com motor de combustão interna, nomeadamente automóveis a gasolina e gasóleo, visando reduzir o impacto ambiental dos transportes, especialmente no que diz respeito à qualidade do ar e às emissões de óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), partículas (PM), monóxido de carbono (CO) e hidrocarbonetos (HC).
3. As viaturas de recolha e de lavagem de contentores devem estar equipadas com elevadores polivalentes, que permitam um sistema de elevação para contentores enterrados "tipo TNL ou equivalente", se necessário.
4. As viaturas de recolha de resíduos indiferenciados devem estar dimensionadas de acordo com a zona da prestação de serviços, podendo para o efeito ser utilizadas as seguintes tipologias de viaturas:

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

- a) viaturas de 3 (três) eixos, com no mínimo 300 (trezentos) cavalos de potência, com caixa de recolha de 16 m<sup>3</sup> (dezassex metros cúbicos) de capacidade ou superior e com dois eixos direcionais;
  - b) viaturas de 2 (dois) eixos, com no mínimo 300 (trezentos) cavalos de potência, com caixa de recolha de 12 m<sup>3</sup> (doze metros cúbicos) de capacidade ou superior;
5. Para o caso específico da recolha da zona histórica da vila de Torre de Moncorvo deve ser fornecida uma viatura de pequenas dimensões que permita aceder a todos os pontos de recolha. Esta viatura será de dois eixos, com uma capacidade mínima de 5 m<sup>3</sup> (cinco metros cúbicos) e máxima de 10 m<sup>3</sup> (dez metros cúbicos).
6. Relativamente à viatura a disponibilizar para o serviço de fiscalização deslocalizada dos serviços prestados, esta deve ser ligeira de passageiros com motorização Híbrida Plug-in, com uma autonomia mínima de 115 km em modo 100% elétrico (ciclo WLTP).
7. Nos primeiros 9 (nove) meses da execução do contrato, o Adjudicatário deve apresentar à Entidade Adjudicante uma listagem com a descrição das viaturas afetas à prestação de serviços, devendo incluir, no mínimo, a matrícula, o número de chassis, a marca, o modelo e o proprietário, acompanhada de cópias dos respetivos Documentos Únicos Automóveis.
8. No final do prazo contratual, todas as viaturas referidas, não só na presente cláusula, como todas as afetas ao Contrato, incluindo os semi-reboques piso móvel para a compactação de resíduos e varredora mecânica, devem passar a pertencer à Entidade Adjudicante, devendo ser entregues gratuitamente, livres de quaisquer ónus, encargos ou outras responsabilidades.
9. Os encargos associados à transferência de propriedade das viaturas são da inteira responsabilidade do Adjudicatário.
10. Até 30 (trinta) dias do final do prazo da prestação de serviços, o Adjudicatário deve enviar à Entidade Adjudicante o impresso para se efetuar a transferência de propriedade de cada viatura preenchido e assinado pelo titular do registo de propriedade ou seu representante legal com poderes para o ato,
11. As viaturas devem ser entregues em bom estado de manutenção, com todos os equipamentos pertencentes às viaturas, nomeadamente, pneu suplente, macaco, ferramenta, colete, extintor, etc., devendo os pneus manifestar um desgaste inferior a 25% (vinte e cinco por cento) de piso.
12. No último mês da Prestação do Serviço a Entidade Adjudicante efetuará uma vistoria às viaturas através de técnicos do representante do chassis e da superestrutura. As anomalias detetadas deverão ser corrigidas pelo Adjudicatário sendo os respetivos encargos por si suportados.

**Cláusula 43.ª Campanhas de Sensibilização e Comunicação**

1. A Entidade Adjudicante encontra-se vinculada ao cumprimento de metas nacionais e comunitárias

definidas pelas autoridades competentes nesta matéria. Desta forma compete ao Adjudicatário em estreita colaboração com a Entidade Adjudicante a elaboração de um Plano de Comunicação de forma a incrementar a recolha seletiva multimaterial na área de intervenção.

2. O Adjudicatário tem de disponibilizar, 1 (um) por cento da faturação anual relativa ao contrato a celebrar na sequência do presente procedimento para ser aplicada em campanhas de sensibilização e de comunicação da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos.

## **CAPÍTULO VII - PAGAMENTOS AO ADJUDICATÁRIO E CAUÇÃO**

### **Cláusula 44.ª Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos deve pagar ao Adjudicatário o valor resultante da proposta adjudicada, que integra as quantidades efetivamente prestadas mensalmente multiplicadas pelo respetivo preço unitário decorrente da adjudicação, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, preço que não poderá em qualquer circunstância ser superior a € 20.029.427,36 (Vinte milhões, vinte e nove mil quatrocentos e vinte e sete euros e trinta e seis cêntimos) que corresponde ao preço base do procedimento.
2. O preço a que alude o número anterior inclui tod
3. os os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 45.ª Pagamentos ao Adjudicatário**

1. O preço a que alude a cláusula anterior será devido a partir da data de início da prestação de serviços e pago em prestações mensais calculadas com base nas medições previstas na cláusula seguinte do presente Caderno de Encargos, até 60 (sessenta) dias após o vencimento das obrigações pecuniárias.
2. O Adjudicatário apresentará o relatório mensal, em que especificará todos os trabalhos executados durante o mês anterior, que a Entidade Adjudicante aprovará ou retificará no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis.
3. Sempre que o Adjudicatário se oponha à retificação no número anterior, deverá apresentar, nos 8 (oito) dias úteis subsequentes, sob pena de se considerar aceite a retificação, reclamação em que

CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025

especifique a natureza dos erros ou faltas e os correspondentes valores a que se acha com direito, sendo a reclamação decidida no mesmo prazo, correspondendo a falta de notificação de decisão ao deferimento da reclamação.

4. O pagamento só será efetuado após a conferência e a aprovação, por parte da Entidade Adjudicante, do relatório mensal apresentado pelo Adjudicatário ou de decisão expressa ou tácita da reclamação nos termos dos números anteriores.
5. O pagamento mensal a receber pelo Adjudicatário será o produto da multiplicação do preço unitário constante do Anexo II (Mapa de Quantidades e de Preços Unitários) pelas quantidades dos trabalhos efetivamente executados.
6. O preço unitário a apresentar na proposta, em função do mapa de quantidades, deverá incluir a execução de todos os trabalhos a realizar no âmbito da prestação de serviços, de acordo com as condições definidas neste Caderno de Encargos.
7. A faturação mensal terá em conta a aplicação do preço unitário apresentado pelos concorrentes, em sede de proposta, independentemente de os trabalhos efetivos serem menores, iguais ou superiores à estimativa apresentada no mapa de quantidades.
8. Tendo em conta o disposto no número anterior e o carácter meramente indicativo do mapa de quantidades constante Anexo II (Mapa de Quantidades e de Preços Unitários), o Adjudicatário assegurará a execução das quantidades de trabalhos que se revelem necessárias no âmbito da prestação de serviços, ainda que estas sejam menores, iguais ou superiores à estimativa apresentada no mapa de quantidades, durante a vigência do contrato.
9. As discrepâncias previstas no número anterior não darão lugar a qualquer tipo de indemnização e/ou compensação, a qualquer título, nem constituirão motivo de rescisão do contrato, pelo que o Adjudicatário será integralmente responsável pela previsão de todos os materiais, viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas e pessoal a serem tidos em conta para efeitos do cálculo dos preços, independentemente dos valores apresentados no mapa de quantidades.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária para conta a indicar no contrato, num prazo de 60 (sessenta) dias após a receção da fatura.
11. Sem prejuízo das obrigações do Adjudicatário previstas no presente Caderno de Encargos, poderá ocorrer uma adaptação do preço contratual, a favor da Entidade Adjudicante, em função da aprovação e execução da candidatura ao *AVISO NORTE2030-2024-27 – "Investimentos em baixa na gestão de resíduos urbanos (IT)"*, caso em que caberá à Entidade Adjudicante realizar os investimentos previstos na candidatura e ceder os meios em momento posterior, devendo o Adjudicatário proceder às devidas adaptações em termos de preço contratual.
12. A adaptação do preço contratual prevista no número anterior deverá ser proposta pela Entidade



Adjudicante após a aprovação da candidatura, com referência à data prevista para a conclusão da sua execução.

#### **Cláusula 46.ª Regras de Medição dos Serviços**

1. Na medição dos trabalhos, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

<b>Quantidades Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados</b>	<b>Preço Unitário de Recolha</b>	<b>Valor Total (€)</b>
<b>Quantidades Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro (PANT)</b>	<b>Preço Unitário de Transporte</b>	<b>Valor Total (€)</b>
<b>Quantidade Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados</b>	<b>Preço Unitário por Lavagem</b>	<b>Valor Total (€)</b>
<b>Limpeza Urbana de Carrazeda de Ansiães</b>	<b>Preço Unitário Mensal</b>	<b>Valor Total (€)</b>
<b>Limpeza Urbana de Torre de Moncorvo</b>	<b>Preço Unitário Mensal</b>	<b>Valor Total (€)</b>
<b>Limpeza Urbana de Vila Nova de Foz Côa</b>	<b>Preço Unitário Mensal</b>	<b>Valor Total (€)</b>

2. A medição dos serviços de recolha e transporte de resíduos será em toneladas de resíduos recolhidos, aproximada às centésimas.
3. A medição do Serviço de Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados será em litros tendo em conta a capacidade de deposição do parque de contentores instalada, aproximada às centésimas
4. A medição dos serviços de limpeza urbana é mensal tendo por base a execução de todos os serviços previstos no plano de trabalhos.
5. Constitui responsabilidade do Adjudicatário a pesagem de todos os resíduos na báscula licenciada existente na Estação de Transferência do Douro Superior, bem como os custos decorrentes das verificações anuais destes equipamentos de medição.
6. As medições dos trabalhos executados são formalizadas na fatura, que deverá ser suficientemente discriminada para ser perceptível a natureza e quantidade de cada tipo de trabalho.

#### **Cláusula 47.ª Revisão de Preços**

1. Para efeitos do previsto no disposto no artigo 300.º do CCP, a revisão dos preços contratuais, como consequência da alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da prestação de serviços é efetuada nos termos da presente cláusula na



modalidade de revisão de preço.

2. O valor do contrato será revisto com uma periodicidade anual com referência ao mês anterior de entrega da proposta e em função da evolução dos índices de acordo com a seguinte fórmula de atualização dos preços:

$$C = 0,5 \times (Mt/Mo) + 0,2 \times (PEt/PEo) + 0,3 \times (IPCt/IPCo)$$

**Sendo que:**

**C** – Coeficiente de atualização

**M** – Índice oficial do custo de mão-de-obra

**PE** – Índice de Preços no Consumidor Continente – Produtos Energéticos

**IPC** – Índice de Preços no Consumidor Continente – Total Exceto Habitação

**t** – Momento da revisão

**o** – Momento anterior à data de apresentação das propostas

3. A primeira revisão de preços só poderá ser proposta pelo Adjudicatário, depois de decorridos 12 (doze) meses sobre o início da prestação de serviços.

#### **Cláusula 48.ª Caução**

Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º e do n.º 1 do artigo 89.º do CCP o Adjudicatário deve prestar caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual ou de 10% (dez por cento) em caso de adjudicação a proposta com preço anormalmente baixo.

#### **Cláusula 49.ª Execução da Caução**

A caução é executada nos termos estabelecidos no Programa do Procedimento

### **CAPÍTULO VIII - ESTRUTURA, PESSOAL, VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

#### **Cláusula 50.ª Estrutura de Pessoal**

1. O Adjudicatário manterá ao seu serviço uma estrutura de pessoal afeto à prestação de serviços, apoio técnico e administrativo na região da prestação de serviços que permita dar cabal satisfação e que possibilite a boa execução das obrigações por si assumidas no âmbito da prestação de serviços, incluindo as exigências constantes do Caderno de Encargos, afetando-os aos respetivos trabalhos de acordo com as necessidades existentes e nos termos definidos nas peças do procedimento e no contrato a celebrar.

2. O Adjudicatário será exclusivamente responsável pela organização e pelos atos de gestão dos trabalhadores, de acordo com as normas legais aplicáveis e em vigor, bem como pelo integral cumprimento de todas as obrigações inerentes à qualidade da entidade empregadora, em especial pelas obrigações que lhe incumbem no âmbito de segurança, higiene e saúde no trabalho.
3. O Adjudicatário tem de considerar recorrer ao quadro de pessoal que consta do Anexo V – Quadro de Pessoal, prevendo-se na elaboração das propostas todos os custos, nomeadamente, vencimento base, subsídio de férias e de Natal, antiguidade, subsídio de alimentação e outras regalias em vigor.
4. É ainda da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário, relativamente ao pessoal afeto atualmente à prestação do serviço, o cumprimento de qualquer norma de natureza laboral, quer legal, quer regulamentar, que ainda contida em contratação coletiva do trabalho, que lhe seja ou venha a ser aplicável em função da execução do serviço.
5. No caso de, no decorrer da prestação de serviços, entrar em vigor uma convenção coletiva de trabalho para esta atividade e sendo mesma aplicável, deverá a mesma ser atendida na prestação serviços. A aplicação desta convenção coletiva de trabalho não pode, no entanto, implicar um aumento extraordinário de preços para a Entidade Adjudicante.

**Cláusula 51.ª Acidentes de Trabalho, Medicina no Trabalho e Higiene e Segurança dos Recursos Humanos**

1. Todo o pessoal afeto à prestação de serviços deverá possuir fardamento adequado, de acordo com todas as normas impostas pela legislação em vigor para higiene e segurança no trabalho, em função de cada serviço a que esteja afeto, bem como respetiva identificação.
2. É obrigatório a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) em função das operações a executar.
3. O fardamento deve apresentar, em local visível, o logótipo do Adjudicatário e a identificação do funcionário.
4. As propostas deverão descrever com detalhe as medidas de prevenção e atuação em caso de acidente contemplando, no mínimo, os seguintes aspetos:
  - a) Equipamentos de proteção individual;
  - b) Forma de atuação em caso de acidente ou derrame.

**Cláusula 52.ª Viaturas**

1. As viaturas e máquinas a afetar à prestação de serviços objeto do contrato a celebrar têm de ser novas e a estrear.

2. Até ao prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a entrada em vigor do contrato, o Adjudicatário tem de ser proprietário das viaturas pesadas e ligeiras afetas à prestação de serviços ou dispor de título suficiente sobre as mesmas que permita garantir o cabal cumprimento das obrigações. O incumprimento deste prazo implica o pagamento de uma sanção pecuniária de 500 € por dia e por viatura.
3. As viaturas deverão ser em número necessário à realização dos trabalhos que integrem a exploração da prestação de serviços, bem como adequadas às funções a executar e às características das zonas onde devem circular, comprometendo-se ainda o Adjudicatário a manter viaturas de reserva em número suficiente, de forma a impedir que, perante a ocorrência de qualquer contingência ou avaria, ocorram quaisquer vicissitudes na prestação do serviço aos utentes.
4. As viaturas a utilizar na prestação de serviços têm de ser decoradas com o logotipo da Entidade Adjudicante, do adjudicatário e uma imagem gráfica da prestação de serviços.
5. As viaturas afetas à prestação de serviços devem cumprir, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido na legislação e regulamentação própria aplicáveis no âmbito da recolha de resíduos.
6. O Adjudicatário deverá proceder diariamente à lavagem das viaturas e outros equipamentos de transporte de resíduos, em estaleiro apropriado, com recurso a produtos desinfetantes, desengordurantes e desodorizantes.
7. As operações de manutenção, conservação e reparação de viaturas deverão ser realizadas permanentemente, de modo que estas sejam mantidas em condições de utilização de higiene e segurança consideradas muito boas, sendo da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário todos os encargos associados a estas atividades.
8. Todas as viaturas, pesadas e ligeiras, serão utilizadas de forma a não obstruírem o trânsito na via pública e no integral respeito pelo Código da Estrada e demais legislação em vigor.
9. As viaturas de recolha devem estar equipadas com sistema de localização GPS permitindo uma localização da viatura em tempo real, através de equipamento informático - compatível com o existente na AMDSFE e Municípios, a fornecer à Entidade Adjudicante para que esta, consiga saber as tarefas executadas;
10. Disponibilização de programa de monitorização GPS à AMDSFE e Municípios associados, que permita monitorizar em tempo real todo o serviço prestado pelo adjudicatário, nomeadamente circuitos, locais de recolha de contentores, horários, lavagem, etc.

#### **Cláusula 53.ª Máquinas e Ferramentas**

1. O Adjudicatário deve dispor, na data de assinatura do contrato a celebrar, de máquinas e

ferramentas necessárias para os trabalhos objeto da prestação de serviços.

2. As máquinas e ferramentas a utilizar nos trabalhos objeto da prestação de serviços devem cumprir a legislação e regulamentação própria aplicável, designadamente no respeitante à higiene e segurança.

#### **Cláusula 54.ª Outros Equipamentos**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário as operações de limpeza, manutenção, conservação e reparação dos equipamentos de deposição coletiva, as quais serão efetuadas permanentemente, para que estes sejam mantidos em boas condições de higiene e segurança.
2. Os equipamentos referidos no número anterior devem ser lavados recorrendo-se a produtos desinfetantes, desengordurantes e desodorizantes.
3. Será da responsabilidade da Entidade Adjudicante o fornecimento e instalação de novas unidades para reforço do parque de equipamentos de deposição coletiva, devendo ainda proceder à substituição por degradação irreparável dos mesmos, se os danos verificados nos equipamentos tiverem sido provocados por atos de vandalismo.

#### **Cláusula 55.ª Inventário**

O Adjudicatário deve realizar o inventário com a totalidade do património afeto à prestação de serviços, devendo mantê-lo atualizado e entregá-lo à Entidade Adjudicante até 60 (sessenta) dias do fim do prazo contratual. Este inventário deve incluir a avaliação da aptidão de cada item para desempenhar a função que lhe assiste na prestação de serviços, bem como das respetivas condições de conservação e funcionamento.

#### **Cláusula 56.ª Materiais e Elementos a Utilizar na Prestação de Serviços**

1. Todos os produtos desengordurantes, desinfetantes e desodorizantes utilizados pelo Adjudicatário na lavagem de viaturas, equipamentos de deposição deverão ser considerados ecológicos, não perigosos para as pessoas e devem ser aprovados pela Entidade Adjudicante antes da sua utilização.
2. Para os efeitos do número anterior, o Adjudicatário apresentará uma proposta escrita, para aprovação por parte da Entidade Adjudicante, dos produtos a utilizar. Esta proposta deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da prestação de serviços.
3. O Adjudicatário poderá propor a substituição dos produtos de lavagem e químicos referidos no n.º 1, desde que o requeira, por escrito e fundamentadamente, indicando em pormenor as

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

caraterísticas dos substitutos, para aprovação por parte da Entidade Adjudicante.

4. Esta substituição não poderá implicar custos adicionais para a Entidade Adjudicante.

**Cláusula 57.ª Modificação do Programa de Trabalhos e Programa de Pagamentos  
Decorrentes do Programa de Execução**

1. A Entidade Adjudicante pode alterar o programa de trabalhos sempre que necessário introduzindo alterações por razões do interesse público ou quando ocorra um aumento ou diminuição do espaço público.
2. O Adjudicatário pode também propor à Entidade Adjudicante modificações ao programa de trabalhos sob proposta devidamente justificada, tendo por base a defesa do interesse público e sempre que não implique aumento de encargos para a Entidade Adjudicante e sejam cumpridos integralmente os termos e condições deste Caderno de Encargos ou da legislação aplicável.

**CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 58.ª Dever de Sigilo**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade concedente, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 59.ª Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do

Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 60.ª Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 61.ª Contagem dos Prazos**

Caso não resulte disposição expressa diversa do texto contratual, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 62.ª Legislação Aplicável**

1. Em matéria de procedimento e contratação, em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro que aprovou o Código de Contratos Públicos e a respetiva legislação complementar.
2. Em matéria de execução do objeto contratual é aplicável a legislação e regulamentação própria, nacional e comunitária, incluindo regulamentos municipais sobre a matéria.

O Presidente do Conselho Diretivo,

  
(José Carlos de Sá Meneses)

  
**DOURO  
SUPERIOR**  
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS  
Av. Combatentes da Grande Guerra  
5160-217 TORRE DE MONCORVO



## **ANEXOS AO CADERNO DE ENCARGOS**

**ANEXO I**

**MODELO DA PROPOSTA ECONÓMICA**

XXXXXXXXXX (firma, número de identificação fiscal, sede e capital social ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal, sedes e capitais sociais), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do Concurso Público Internacional para a "Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior", vem apresentar a sua proposta no valor de (...) €, referente a um prazo de 120 (cento e vinte) meses, correspondente a:

- \_\_\_\_\_ €/ton (euros/tonelada) para recolha indiferenciada.
- \_\_\_\_\_ €/L (euros/litro) para a lavagem, desinfeção e manutenção de contentores.
- \_\_\_\_\_ €/ton (euros/tonelada) para o transporte de resíduos.
- \_\_\_\_\_ €/mês (euros/mês) para a limpeza urbana de Carrazeda de Ansiães.
- \_\_\_\_\_ €/mês (euros/mês) para a limpeza urbana de Torre de Moncorvo.
- \_\_\_\_\_ €/mês (euros/mês) para a limpeza urbana de Vila Nova de Foz Côa.

Aos valores indicados acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Os serviços incluem todas as obrigações constantes do Caderno de Encargos, nomeadamente, as seguintes operações:

1. Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados
  - a. Recolha de Resíduos indiferenciados;
  - b. Transporte dos Resíduos à Estação de Transferência do Douro Superior;
  - c. Recolha de "Monos/Monstros";
  - d. Transporte de "Monos/Monstros" ao ecocentro respetivo de cada concelho.

**CADERNO DE ENCARGOS | CPI N.º 1/2025**

2. Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro
  - a. Transporte de resíduos a Aterro - Parque Ambiental do Nordeste Transmontano
3. Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados
  - a. Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados;
  - b. Fornecimento de Contentores.
4. Limpeza Urbana
  - a. Limpeza urbana de Carrazeda de Ansiães
  - b. Limpeza urbana de Torre de Moncorvo
  - c. Limpeza urbana de Vila Nova de Foz Côa

Mais declara(m) que se submete(m), em tudo o que respeitar ao objeto do procedimento, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

... (local), ... (data), ...

Assinatura

---

**ANEXO II**  
**MAPA DE QUANTIDADES E DE PREÇOS UNITÁRIOS**

<b>Artigo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade Anual Prevista</b>	<b>Unidade</b>	<b>Preço Unitário (€)</b>	<b>Preço Anual (€)</b>
1.	Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados	11.008,280	Toneladas (ton)		
2.	Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro	11.008,280	Toneladas (ton)		
3.	Lavagem, Desinfecção e Manutenção de Contentores de Superfície e Enterrados	24 690 340	Litros (l)		
4.	Limpeza Urbana de Carrazeda de Ansiães	12	Mês		
5.	Limpeza Urbana de Torre de Moncorvo	12	Mês		
6.	Limpeza Urbana de Vila Nova de Foz Côa	12	Mês		
<b>Total parcial (anual)</b>					<b>2 002 942,74 €</b>
<b>Preço Base (total do contrato)</b>					<b>20 029 427,36 €</b>

As quantidades previstas no presente Caderno de Encargos são indicativas, não podendo ser atribuídas responsabilidades financeiras à Entidade Adjudicante caso não se atinjam essas quantidades.

Data: .....

Assinatura:

Total Anual = -----

(extenso)

**ANEXO III**  
**DADOS TÉCNICOS DO CADERNO DE ENCARGOS**



**ANEXO III - A**

**RECOLHA E TRANSPORTE A ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO DOURO SUPERIOR, DE  
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS E EQUIPARADOS (EVOLUÇÃO  
TONELADAS RECOLHIDAS)**

Recolha e Transporte a Estação de Transferência do Douro Superior, de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados (toneladas recolhidas)			
MUNICIPIO	2022	2023	2024
Freixo de Espada à Cinta	1 335 372	1 339 599	1 372 350
Mogadouro	3 370 931	3 381 600	3 464 277
Torre de Moncorvo	3 028 257	3 037 841	3 112 113
Vila Nova de Foz Côa	2 899 380	2 953 640	3 059 540
<b>Total Douro Superior</b>	<b>10 633 940</b>	<b>10 712 680</b>	<b>11 008 280</b>





**ANEXO III - B**

**TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS E EQUIPARADOS A  
ATERRO (EVOLUÇÃO TONELADAS TRANSPORTADAS)**

Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados e equiparados a Aterro (toneladas transportadas)			
MUNICIPIO	2022	2023	2024
Freixo de Espada à Cinta	1 335 372	1 339 599	1 372 350
Mogadouro	3 370 931	3 381 600	3 464 277
Torre de Moncorvo	3 028 257	3 037 841	3 112 113
Vila Nova de Foz Côa	2 899 380	2 953 640	3 059 540
<b>Total Douro Superior</b>	<b>10 633 940</b>	<b>10 712 680</b>	<b>11 008 280</b>

**ANEXO III – C**

**FREGUESIAS/ UNIÃO DE FREGUESIAS E LOCALIDADES/LUGARES COM RECOLHA SEMANAL**

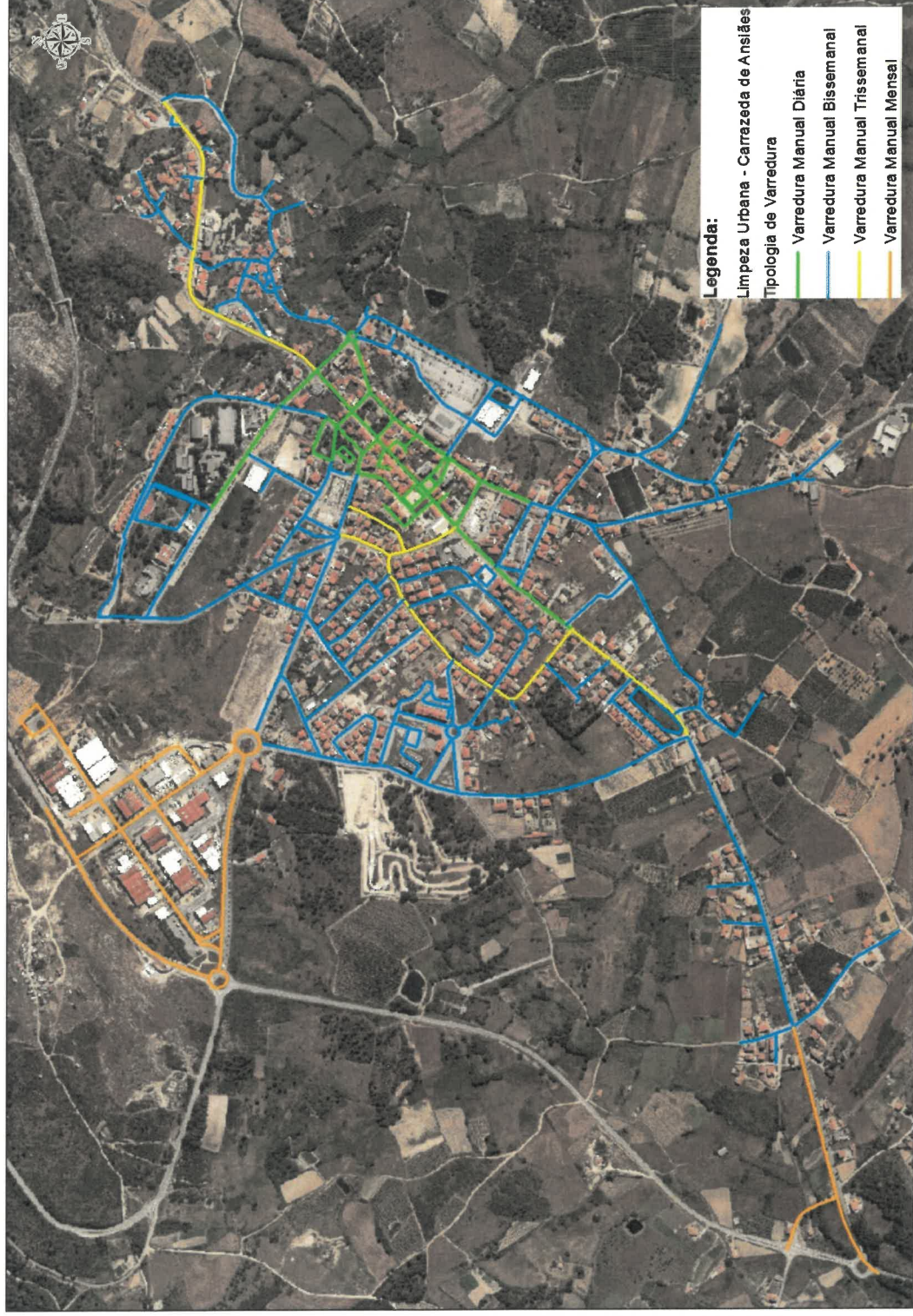
<b>Município</b>	<b>Freguesias/ União de Freguesias e Localidades/Lugares</b>
Freixo de Espada à Cinta	Q <sup>ta</sup> . Da Ribeira
Mogadouro	Sampaio
Mogadouro	Viduedo
Mogadouro	Cardal do Douro
Mogadouro	Brunhosinho
Mogadouro	Castanheira
Mogadouro	Estevais
Mogadouro	Lamoso
Mogadouro	Q <sup>ta</sup> . São Pedro
Mogadouro	Figueira
Mogadouro	Paradela
Mogadouro	Salgueiro
Mogadouro	Penas Roias
Mogadouro	Vilarica
Mogadouro	Algosinho
Mogadouro	Peso
Mogadouro	Macedo do Peso
Mogadouro	S. M. Peso
Mogadouro	Valcerto
Mogadouro	Granja
Mogadouro	Gregos
Mogadouro	Soutelo
Mogadouro	Figueirinha
Mogadouro	Vale da Madre
Mogadouro	Vale de Porco
Mogadouro	Paçó
Mogadouro	Vila de Ala
Mogadouro	Vilar de Rei
T. de Moncorvo	Póvoa
T. de Moncorvo	Lugar Estrada
T. de Moncorvo	Martim Tirado
T. de Moncorvo	Q <sup>ta</sup> Corisco
T. de Moncorvo	Q. <sup>tas</sup> Macieirinha e Nogueirinha
T. de Moncorvo	Q. <sup>ta</sup> Peladinhas
T. de Moncorvo	Q. <sup>ta</sup> Pereiras
T. de Moncorvo	Q. <sup>ta</sup> Centieiras

**ANEXO III – D**

**SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – CARRAZEDA DE ANSIÃES**





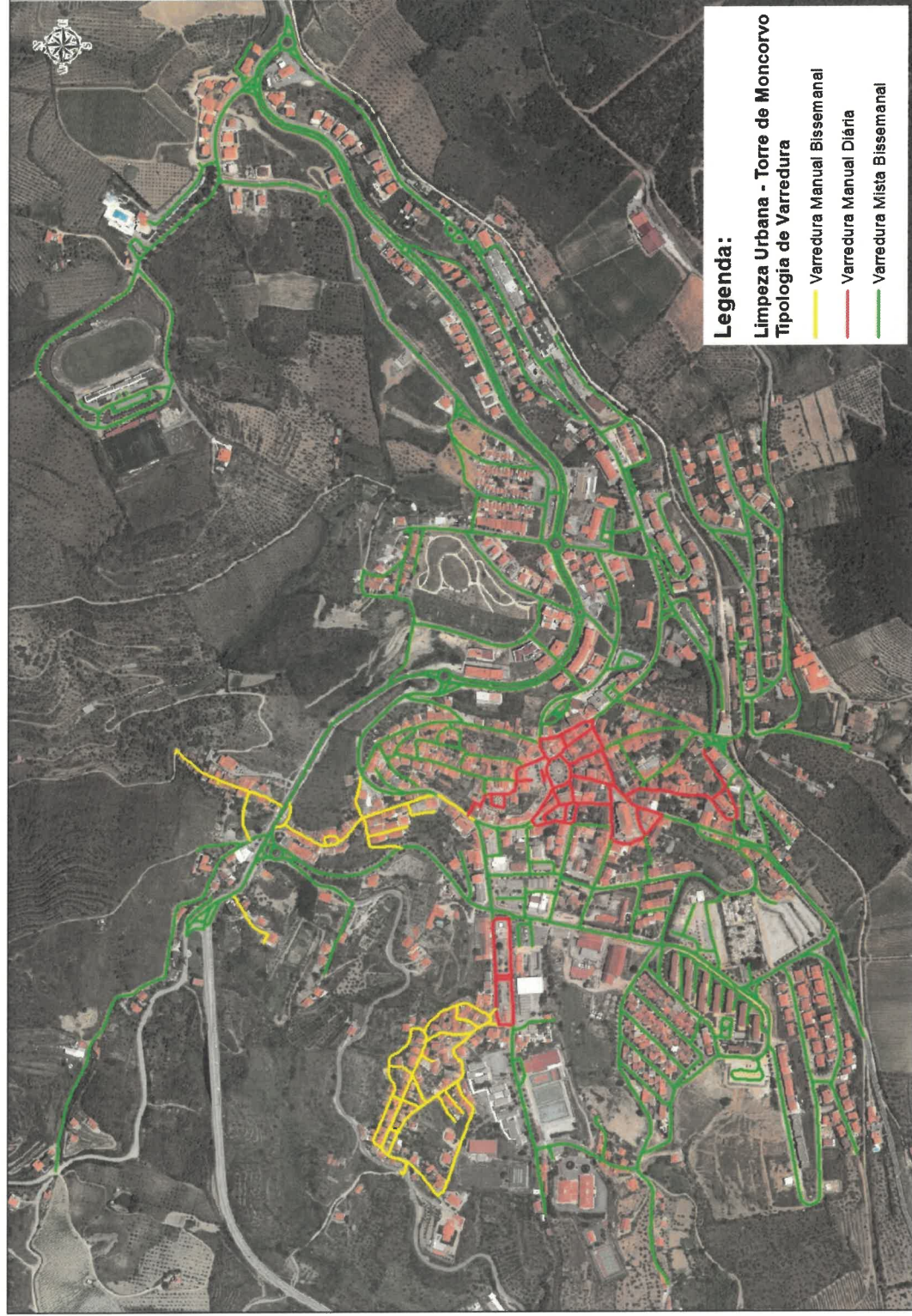


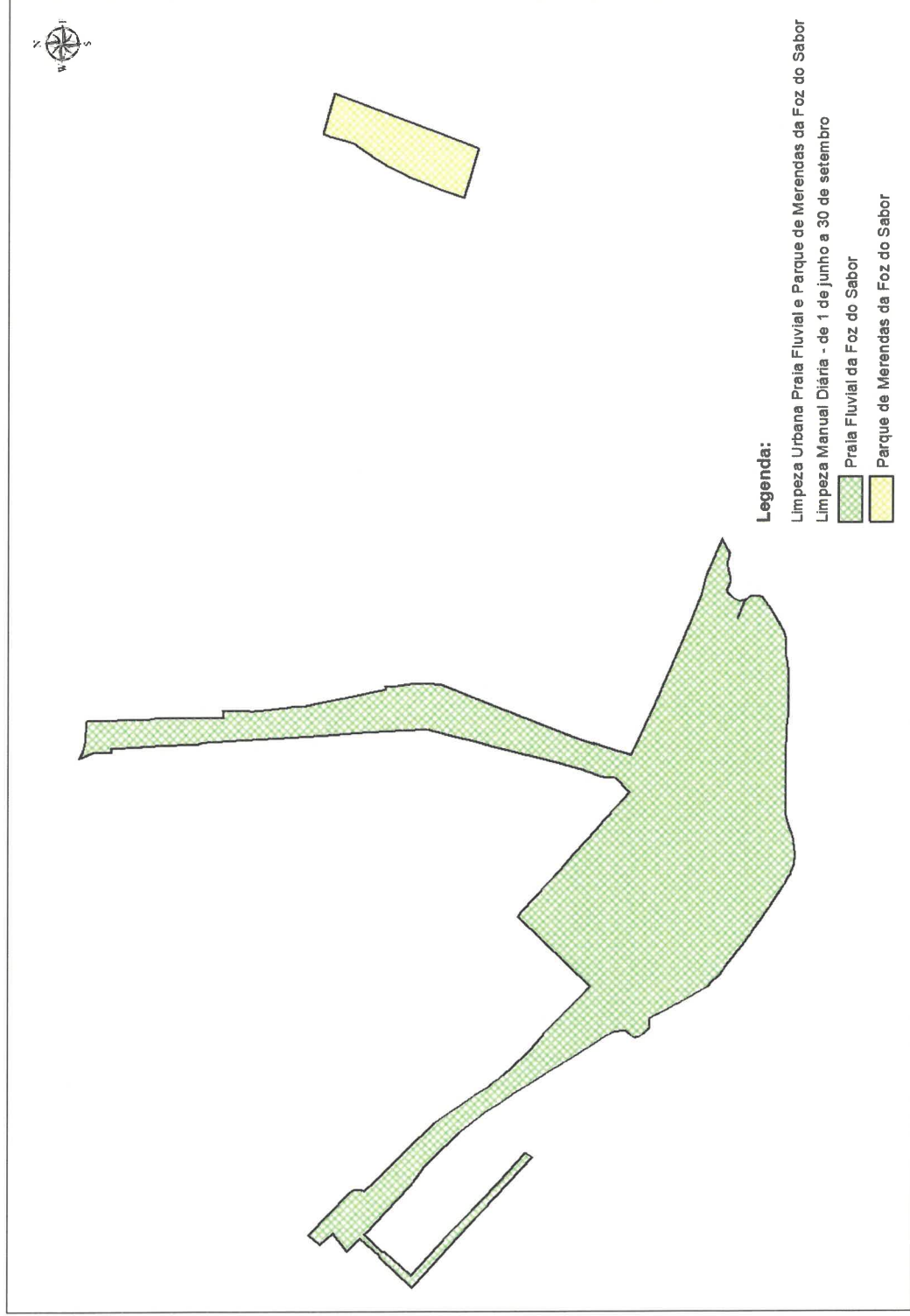
**ANEXO III – E**

**SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – TORRE DE MONCORVO E PRAIA FLUVIAL E PARQUE DE MERENDAS DA FOZ DO SABOR**













**ANEXO III – F**

**DELIMITAÇÃO “CENTRO HISTÓRICO” – SEDE DE CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO**



Handwritten signature or mark.



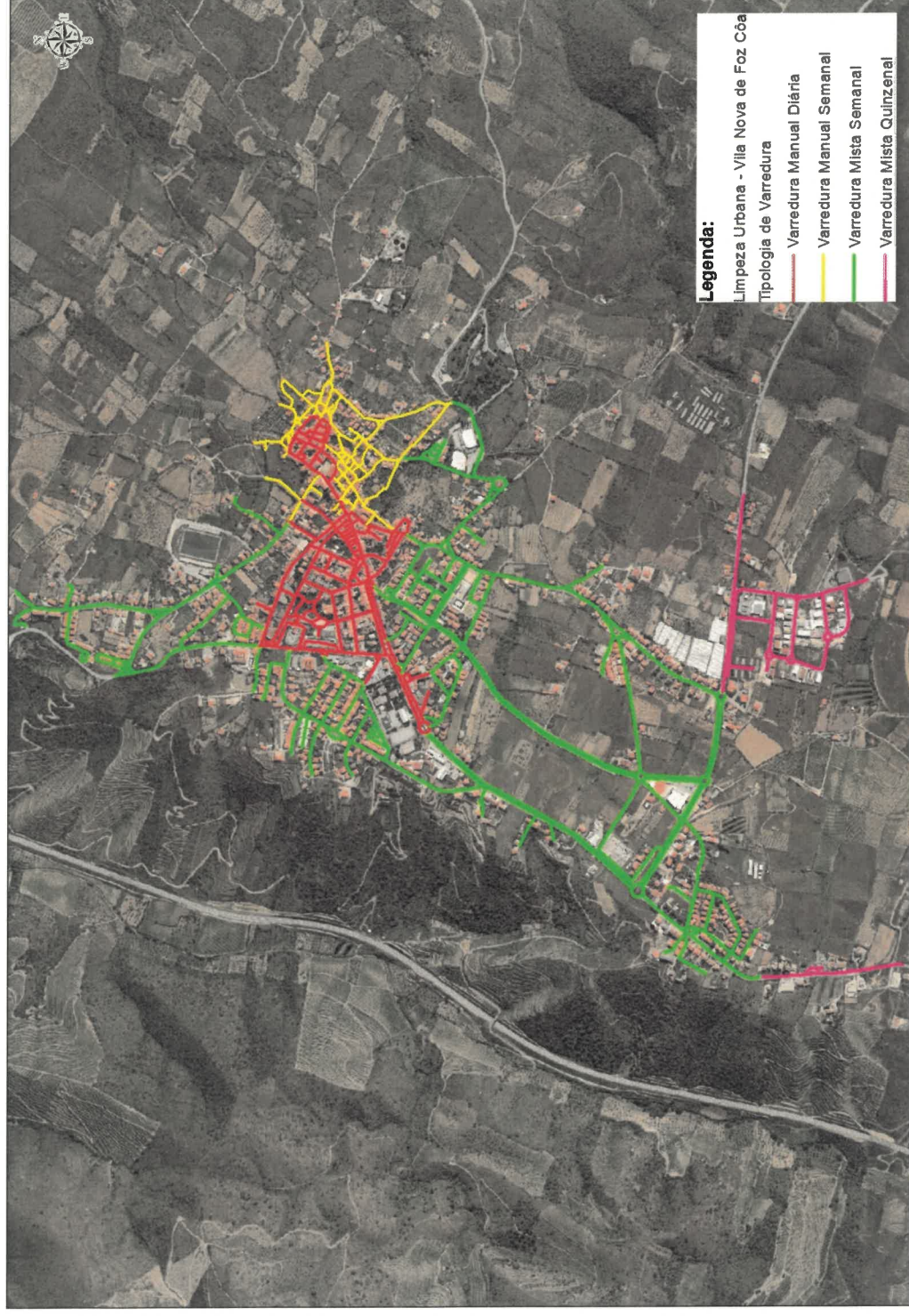
**ANEXO III – G**



*H*



## SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – VILA NOVA DE FOZ CÔA



**ANEXO IV**

**MODELO DE AUTOCOLANTE VINIL A AFIXAR NOS CONTENTORES LAVADOS**



**Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos**

**Email:** [geral@amdourosuperior.pt](mailto:geral@amdourosuperior.pt)

**Tel.:** 279 200 740

**Contentor Lavado e Desinfetado pela (empresa adjudicatário)**

**dia/mês/ano**

**(incluir slogan e imagem que apela ao  
acondicionamento dos resíduos)**

ANEXO V

QUADRO DE PESSOAL

	Categoria	Vencimento Base 2025 (Mensal)	Diturnidades (Mensal)	IHT (Mensal)	Subs. Alimentação (Dia)	Sub. Férias	Sub. Natal	Prémios (Anual)	Horas Extra (Anual)	Trabalho Noturno (Anual)	Antiguidade	Data Nascimento	Idade a 10/04/2025	Tipo de Contrato	Outras Regalias
1	Chefe de Serviços	1 610,00 €	0 €	348,32 €	7,01 €	1 958,32 €	1 958,32 €	- €	- €	- €	01/06/2001	30/06/1980	44	Sem termo	Viatura / Telemóvel /Combustível
2	Motorista 11	910,00 €	25,40 €	0 €	5,75 €	935,40 €	935,40 €	2 300,00 €	2 210,92 €	121,29 €	31/07/2001	20/03/1970	55	Sem termo	Telemóvel
3	Cantoneiro 15	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	272,58 €	156,09 €	11/06/2024	04/02/1984	41	Termo incerto	
4	Cantoneiro 1	870,00 €	25,40 €	0 €	5,75 €	895,40 €	895,40 €	- €	88,69 €	7,10 €	10/09/2002	28/02/1965	60	Termo incerto	NA
5	Cantoneiro 2	870,00 €	25,40 €	0 €	5,75 €	895,40 €	895,40 €	- €	818,89 €	626,73 €	14/10/2002	01/10/1981	43	Sem termo	NA
6	Motorista 1	910,00 €	25,40 €	0 €	5,75 €	935,40 €	935,40 €	2 300,00 €	941,78 €	401,48 €	11/11/2002	15/02/1963	62	Sem termo	Telemóvel
7	Motorista 2	910,00 €	25,40 €	0 €	5,75 €	935,40 €	935,40 €	2 300,00 €	1 774,44 €	309,66 €	07/01/2003	18/10/1966	58	Sem termo	Telemóvel
8	Cantoneiro 25	870,00 €	25,40 €	0 €	5,75 €	895,40 €	895,40 €	- €	- €	2,37 €	21/08/2003	15/10/1966	61	Termo incerto	NA
9	Cantoneiro 26	870,00 €	12,70 €	0 €	5,75 €	882,70 €	882,70 €	- €	- €	- €	14/06/2005	25/05/1962	62	Sem termo	NA
10	Cantoneiro 27	870,00 €	12,70 €	0 €	5,75 €	882,70 €	882,70 €	- €	- €	- €	25/07/2005	22/06/1969	55	Sem termo	NA
11	Cantoneiro 28	870,00 €	12,70 €	0 €	5,75 €	882,70 €	882,70 €	- €	- €	- €	03/01/2006	10/08/1972	52	Sem termo	NA
12	Cantoneiro 3	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	01/04/2021	25/12/1988	36	Sem termo	NA
13	Motorista 7	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	2 368,01 €	541,28 €	01/06/2008	20/04/1974	50	Sem termo	Telemóvel
14	Cantoneiro 4	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	159,64 €	7,10 €	28/05/2009	11/09/1974	50	Sem termo	NA
15	Encarregado Geral	1 085,55 €	0 €	234,86 €	7,01 €	1 320,41 €	1 320,41 €	2 000,00 €	- €	- €	30/11/2009	10/04/1971	54	Sem termo	Viatura / Telemóvel /Combustível
16	Cantoneiro 5	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	1 965,92 €	619,63 €	12/03/2018	16/04/1963	61	Sem termo	NA
17	Cantoneiro 16	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	24,24 €	47,31 €	05/10/2011	02/04/1980	45	Termo incerto	NA
18	Motorista 4	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	2 856,57 €	666,50 €	10/10/2011	29/01/1993	32	Sem termo	Telemóvel
19	Motorista 5	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	824,60 €	646,89 €	12/05/2014	11/05/1970	54	Sem termo	Telemóvel
20	Cantoneiro 6	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	22/06/2015	25/03/1960	65	Sem termo	NA
21	Mecânico/Serralheiro	1 000,00 €	0 €	0 €	7,01 €	1 000,00 €	1 000,00 €	- €	3 442,82 €	150,24 €	02/09/2015	19/07/1983	41	Sem termo	Viatura / Telemóvel /Combustível
22	Motorista 6	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	- €	- €	28/03/2016	01/03/1960	65	Sem termo	Telemóvel
23	Cantoneiro 7	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	1 919,81 €	612,54 €	14/07/2016	29/01/1993	32	Sem termo	NA
24	Motorista 10	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	1 218,19 €	478,59 €	01/03/2017	16/01/1968	57	Termo incerto	Telemóvel
25	Cantoneiro 8	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	740,84 €	617,27 €	10/12/2018	16/12/1971	53	Sem termo	NA
26	Cantoneiro 17	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	37,85 €	33,12 €	02/09/2019	30/04/1965	59	Sem termo	NA
27	Cantoneiro 13	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	1 137,57 €	430,43 €	12/11/2019	22/12/1998	26	Sem termo	NA
28	Cantoneiro 18	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	05/08/2022	21/11/1981	43	Sem termo	NA
29	Cantoneiro 19	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	19/08/2024	29/09/1996	28	Termo incerto	NA
30	Cantoneiro 20	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	1 020,00 €	- €	- €	05/08/2022	31/07/1966	58	Termo incerto	NA
31	Cantoneiro 21	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	02/12/2022	20/08/1962	62	Termo incerto	NA
32	Cantoneiro 9	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	712,46 €	397,33 €	07/03/2023	06/10/1973	51	Sem termo	NA
33	Cantoneiro 14	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	2 066,45 €	75,68 €	07/03/2023	16/06/1993	31	Sem termo	NA
34	Cantoneiro 10	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	447,60 €	622,00 €	22/05/2023	24/06/1972	52	Sem termo	NA
35	Cantoneiro 11	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	401,47 €	645,65 €	22/05/2023	18/01/1986	39	Termo incerto	NA
36	Cantoneiro 22	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	04/12/2023	08/10/1981	43	Termo incerto	NA
37	Cantoneiro 12	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	04/12/2023	17/11/1981	43	Termo incerto	NA
38	Cantoneiro 29	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	52,04 €	52,04 €	04/12/2024	17/04/1986	43	Sem termo	NA
39	Motorista 7	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	772,52 €	203,36 €	02/09/2024	21/03/1991	33	Sem termo	Telemóvel
40	Administrativo	890,00 €	0 €	0 €	7,01 €	890,00 €	890,00 €	- €	- €	- €	10/09/2024	21/03/1998	27	Sem termo	Telemóvel
41	Cantoneiro 23	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	21/10/2024	23/02/1996	29	Sem termo	NA
42	Motorista 8	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	- €	49,60 €	28/11/2024	22/10/1971	53	Termo incerto	Telemóvel
43	Cantoneiro 24	870,00 €	0 €	0 €	5,75 €	870,00 €	870,00 €	- €	- €	- €	02/12/2024	26/06/1982	42	Termo incerto	NA
44	Motorista 9	910,00 €	0 €	0 €	5,75 €	910,00 €	910,00 €	2 300,00 €	- €	- €	13/01/2025	22/09/1981	43	Termo incerto	Telemóvel

*[Handwritten mark]*